





Fecomércio - 23/07/2020

# Índice

## **Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

### **Fiscalizações nas praias do RN serão intensificadas a partir de amanhã (23)**

Notícias - 22/07/2020

8

## **O Potiguar | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

### **Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN**

Notícias - 22/07/2020

10

## **Blog - Rodrigo Loureiro - RN | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

### **22 de julho de 2020 - Blog do Rodrigo Loureiro**

Notícias - 22/07/2020

13

## **Versátil News | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

### **Fecomércio: Live do Senac RN traz estratégias online para empreendedores no segmento de festas e decorações**

Notícias - 22/07/2020

14

## **Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

### **Estado e prefeituras intensificam fiscalização das praias a partir da quinta-feira**

Notícias - 22/07/2020

16

## **Blog do PC | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

### **Governo e prefeituras dizem que vão reforçar fiscalização contra aglomerações nas praias do RN**

Notícias - 22/07/2020

19

## **Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

### **Shoppings com ar-condicionado se preparam para reabrir dia 28 em Natal**

Notícias - 23/07/2020

21

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

### **Fecomércio lança plataforma que disponibiliza protocolos para lojas de comércio e serviços**

24

notícias - 22/07/2020

## **Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

### **Fecomércio RN lança plataforma que disponibiliza protocolos gerais e específicos de biossegurança para lojas de comércio e serviços na reabertura gradual da economia**

27

Notícia - 22/07/2020

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### **Ipea divulga propostas para acelerar desenvolvimento após pandemia**

30

Notícias - 22/07/2020

## **Blog da Juliska | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### **No melhor momento para comprar, Balcão de Negócios do Sinduscon/RN tem imóveis com condições muito atrativas**

34

Noticias - 22/07/2020

## **O Potiguar | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### **Paulo Guedes entrega primeira parte da reforma tributária ao Congresso**

36

Noticias - 22/07/2020

## **Portal N10 | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### **Governo propõe trocar PIS/Cofins por novo imposto de 12% sobre consumo**

39

Notícias - 21/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### **Supermercados demandam energia contínua**

42

Notícias - 22/07/2020

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

### **Tensão entre EUA e China e agenda fraca provocam instabilidade do Ibovespa**

44

notícias - 22/07/2020

## **Blog - Rodrigo Loureiro - RN | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**No melhor momento para comprar, Balcão de Negócios do Sinduscon/RN tem imóveis com condições muito atrativas** 46  
Notícias - 22/07/2020

## **Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Coronavírus causará queda de 13,9% nas exportações, estima a AEB** 48  
Notícias - 22/07/2020

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Confira pagamentos e tributos adiados ou suspensos durante a pandemia** 50  
notícias - 22/07/2020

## **Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**MME: 10 milhões de famílias não precisam pagar conta de luz** 55  
Notícias - 22/07/2020

## **Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Ipea divulga propostas para acelerar desenvolvimento após pandemia** 57  
Notícia - 22/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Pacote de medidas da Agência de Fomento garante apoio a empreendedores do RN** 61  
Notícia - 22/07/2020

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Loja de produtos eróticos inova com coquetel virtual para marcar inauguração** 64  
notícias - 22/07/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Barreiras de proteção são cada vez mais comuns no comércio no combate ao coronavírus** 65  
notícias - 22/07/2020

## **Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Agência de Fomento garante apoio a empreendedores do RN; veja pacote de medidas** 67  
Notícias - 22/07/2020

## **Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Déficit primário deverá encerrar 2020 em R\$ 787,45 bilhões; Valor consta das novas estimativas para orçamento**

70

Notícias - 22/07/2020

## **Blog da Juliska | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**InovAtiva Brasil vai selecionar até 160 startups para o segundo ciclo**

72

Notícias - 22/07/2020

## **Marcos Dantas | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Atuação do TCE gera economia na compra de luvas usadas no enfrentamento ao coronavírus**

74

Notícias - 22/07/2020

## **Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Déficit primário da União deve superar R\$ 787,4 bilhões e ter pior resultado desde 1997**

76

Notícias - 23/07/2020

## **Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Caixa amplia para 180 dias a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais**

77

Notícias - 22/07/2020

## **Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Startup de pesquisadoras da UFRN se destaca em seleções nacionais**

79

Notícias - 23/07/2020

## **Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**O que pensam os tributaristas sobre uma nova CPMF**

82

Notícias - 22/07/2020

## **Marcos Dantas | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Caixa amplia para 180 dias a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais** 84  
Notícias - 22/07/2020

**Nominuto.com | Rio Grande do Norte**  
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /  
**Dia dos Avós deve movimentar R\$ 718 milhões no estado do Rio** 86  
notícias - 22/07/2020

## Fiscalizações nas praias do RN serão intensificadas a partir de amanhã (23)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A partir de amanhã (23) haverá equipes integradas das forças de segurança pública nos acessos e nas praias de toda a extensão litorânea potiguar, de Baía Formosa a Tibau.

As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação para informar, educar, corrigir e reprimir as arbitrariedades.

As ações ficaram definidas durante reunião virtual entre a Governadora Fátima Bezerra e os gestores de 22 municípios da região costeira do RN, realizada no final da tarde desta terça-feira (21).

A iniciativa é uma reação do estado às aglomerações registradas nas praias do Estado durante o final de semana, o que pode fazer com que o RN tenha um retrocesso na redução de casos da Covid-19 que vem apresentando nos últimos dias.

Veja mais:

Domingo de praias lotadas em toda costa Branca do Rio Grande do Norte

'Tivemos uma reunião muito representativa e muito produtiva. Agradecemos a presença dos gestores de todos os 22 municípios convocados. A maioria apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora Fátima Bezerra.

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento.

'O que nós precisamos é de união, para que a façamos essa travessia com segurança. O alerta foi dado. Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

O secretário de Estado da Segurança Pública



(Sesed), cel. Francisco Araújo, respondeu aos pedidos feitos por alguns gestores que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias.

'Tenho ordem expressa da governadora para que toda as forças de segurança públicas estejam disponíveis para as ações de enfrentamento ao coronavírus. Estou à disposição para o que vocês precisarem', afirmou.

#### METADE DA POPULAÇÃO RESIDE NO LITORAL

De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, os 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar.

Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado.

'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

Fernando Mineiro, secretário de Estado de Gestão de Metas e Projetos, sugeriu que sejam realizadas blitzes sanitárias educativas a fim de conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras e que os municípios estabeleçam multa pelo não uso do acessório de proteção.

'Metade da população do RN se concentra na região litorânea, daí vem o impacto. É impensável a atividade na beira da praia sem gerar aglomerações. Ninguém vai à praia com máscara. Então temos que conscientizar as pessoas sobre como devem se comportar', disse.

Ele citou o sistema de monitoramento de câmeras de Ponta Negra à Redinha, que tem ajudado às forças da segurança a dispersarem as aglomerações.

Também participaram da reunião a secretária de Estado do Turismo (Setur), o procurador regional do Trabalho, o chefe do Ministério Público Estadual, representantes do setor produtivo, o presidente da Fecomércio e o Presidente da Abrasel-RN, o vice-governador, o chefe da Casa Civil, a delegada geral da Polícia Civil, e o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do RN.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que todos os municípios serão enérgicos ao fiscalizarem a orla.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

# Estado e prefeituras intensificarão as fiscalizações nas praias do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Daniel Menezes

A busca de solução para impedir as aglomerações nas praias, conforme verificadas no último final de semana, norteou a reunião virtual convocada pelo Governo do RN, realizada nesta terça-feira (21), com gestores de 22 municípios costeiros. Ficou definido que a partir da próxima quinta-feira (23) haverá equipes integradas das forças de segurança públicas nos acessos e nas praias de toda a extensão litorânea potiguar, de Baía Formosa a Tibau. As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação para informar, educar, corrigir e reprimir as arbitrariedades.

'Tivemos uma reunião muito representativa e muito produtiva. Agradecemos a presença dos gestores de todos os 22 municípios convocados. A maioria apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora Fátima Bezerra.

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento. 'O que nós precisamos é de união, para que a façamos essa travessia com segurança. O alerta foi dado. Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

O secretário de Estado da Segurança Pública (Sesed), cel. Francisco Araújo, respondeu aos pedidos feitos por alguns gestores que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias. 'Tenho ordem expressa da governadora para que toda as forças de segurança públicas estejam disponíveis para as ações de enfrentamento ao coronavírus. Estou à disposição para o que vocês precisarem', afirmou.

METADE DA POPULAÇÃO RESIDE NO

## LITORAL

De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, os 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar. Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado. 'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

Fernando Mineiro, secretário de Estado de Gestão de Metas e Projetos, sugeriu que sejam realizadas blitzes sanitárias educativas a fim de conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras e que os municípios estabeleçam multa pelo não uso do acessório de proteção. 'Metade da população do RN se concentra na região litorânea, daí vem o impacto. É impensável a atividade na beira da praia sem gerar aglomerações. Ninguém vai à praia com máscara. Então temos que conscientizar as pessoas sobre como devem se comportar', disse. Ele citou o sistema de monitoramento de câmeras de Ponta Negra a Redinha, que tem ajudado às forças da segurança a dispersarem as aglomerações.

Ao situar o RN como o primeiro estado a receber certificação internacional como apto a receber de forma segura o turista, a secretária de Estado do Turismo (Setur), Ana Maria Costa, informou que a equipe está em campo para orientar o setor do turismo a fazer sua retomada por meio do selo Turismo+Protegido.

'Fizemos o plano de retomada do turismo e oferecemos capacitação através do Senac e Sebrae, realizando um trabalho muito importante para capacitar todos os que estão na linha de frente', disse. As informações estão contidas no site [www.turismoprotegido.rn.gov.br](http://www.turismoprotegido.rn.gov.br).

O procurador regional do Trabalho, Xisto Tiago, reforçou que o diálogo entre os entes é bastante construtivo e salutar para toda a população potiguar. 'Eu faço apelo às prefeituras e segmentos econômicos para que lancem mão de uma comunicação eficaz através de todas as mídias, dos meios de comunicação, com a sinalização de que uma abertura responsável, seguindo fases e protocolos, não deve ser compreendido como 'liberou geral'. É preciso também uma fiscalização prévia, de natureza pedagógica, para que não vejamos novamente aquele tipo de cena', destacou.

Chefe do Ministério Público Estadual, o promotor público Eudo Leite, também conclamou que haja esforço concentrado das prefeituras, com formação das equipes com servidores públicos municipais, para compor as blitzes sanitárias e educativas. 'A gente viu imagens muito fortes, e como o secretário adjunto da Saúde, Petrônio Spinelli costuma falar, o que se vê hoje terá como consequência daqui a 15 dias nas filas por leitos', ressaltou.

Representando o setor produtivo, o presidente da Fecomércio **Marcelo Queiroz** informou que as empresas têm seguido os protocolos e pede mais rigor nas fiscalizações. 'Foram mais de 100 dias de comércio fechado. O turismo amarga dias e dias sem perspectivas. Enquanto isso, realizamos ações com Sebrae e

CDL, em que visitamos empresas mostrando os protocolos. Vamos expandir essa ação para o interior. Implantamos na Fecomércio um programa em que o empreendedor tem como acessar os protocolos gerais e os específicos para sua empresa'.

Presidente da Abrasel-RN, entidade que representa os bares e restaurantes, Artur Fontes observou que a maior parte das movimentações ocorreram em ambientes informais. 'Sugiro intensificar as blitzes de lei seca nas praias. O papel dos governos é fiscalizar de forma enérgica', pontuou.

Todos os gestores municipais que participaram da reunião, à exemplo de Giovani Júnior, secretário do município de Parnamirim de Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico, destacaram a importância da Polícia Militar do RN e de outras forças de segurança nesse processo de coibir as aglomerações. 'Precisamos de uma comunicação eficaz e sabemos que isso não é tarefa fácil. No nosso ponto de vista, o fato de Ponta Negra por si repercutiu negativamente na mídia. Temos tido toda a responsabilidade, e acredito que não falta aos gestores a noção clara do que isso representa. Precisamos sim reforçar as parcerias para fiscalização', concluiu.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que todos os municípios serão enérgicos ao fiscalizarem a orla. Estavam presentes à videoconferência, além dos gestores já citados, o vice-governador Antenor Roberto; o chefe da Casa Civil Raimundo Alves, que conduziu a reunião; a delegada geral da Polícia Civil, Ana Cláudia Saraiva Gomes, e o comandante do Corpo de Bombeiros Militar do RN cel. Monteiro

Júnior.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ**

## 22 de julho de 2020 - Blog do Rodrigo Loureiro



No melhor momento para comprar, Balcão de Negócios do Sinduscon/RN tem imóveis com condições muito atrativas

Quem deseja sair do aluguel ou se mudar para um imóvel maior?

Continue reading 'No melhor momento para comprar, Balcão de Negócios do Sinduscon/RN tem imóveis com condições muito atrativas'?

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Dia: 22 de julho de 2020

Fecomércio RN lança plataforma que disponibiliza protocolos gerais e específicos de biossegurança para lojas de comércio e serviços na reabertura gradual da economia

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN lança?

Continue reading 'Fecomércio RN lança plataforma que disponibiliza protocolos gerais e específicos de biossegurança para lojas de comércio e serviços na reabertura gradual da economia'?

# Fecomércio: Live do Senac RN traz estratégias online para empreendedores no segmento de festas e decorações



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Na próxima quinta-feira, a partir as 19h30, o **Senac** realiza em seu perfil no Instagram (@senac\_rn), mais uma live dentro do Programa Assistência Digital Empresarial - iniciativa que

visa oferecer suporte aos empresários do comércio, repassando orientações sobre como iniciar ou melhorar a presença em plataformas digitais. Na transmissão ao vivo desta semana, serão abordadas estratégias online utilizadas para o segmento de decorações de festas.

Com mediação do consultor do programa, Rodrigo Fortunato, a live terá a participação da empreendedora potiguar Emanuelle Morais, presente neste ramo há mais de quatro anos, com a sua empresa Scrapbook Mania. A decoradora irá falar sobre a história do seu negócio, que desde o início prioriza o atendimento online como um diferencial para os clientes, bem como as inovações investidas para se adequar ao momento de pandemia da Covid-19.

'Atualmente, conseguimos fazer 80% do nosso trabalho via contato online. O cliente entra em contato em algum de nossos canais digitais e a partir daí priorizamos executar um trabalho que facilite ao máximo a vida dele. Após nosso atendimento, o cliente passa na empresa apenas para retirar as peças e os kits, conseguimos orçar, vender e concluir toda a negociação no online', explica a empresária.

Serviço:

Live no Instagram - E quem disse que não pode ter festa?

Data - 23/07 - quinta-feira

Horário - 19h30

Participantes - Empresária Emanuelle Morais e  
Consultor **Senac** Rodrigo Fortunato

Perfil - @senac\_rn

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-  
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -  
SENAC RN**



# Estado e prefeituras intensificam fiscalização das praias a partir da quinta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

A governadora Fátima Bezerra (PT) e os gestores executivos de 22 municípios costeiros estiveram reunidos de forma virtual na tarde da terça-feira (21) em busca de soluções para evitar e coibir as aglomerações no estado.

Ficou definido, portanto, que, a partir da próxima quinta-feira (23), equipes integradas das forças de segurança públicas farão a fiscalização nos acessos e nas praias de toda a extensão litorânea potiguar, de Baía Formosa a Tibau. As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação para informar, educar,

corrigir e reprimir as arbitrariedades.

'Tivemos uma reunião muito representativa e muito produtiva. Agradecemos a presença dos gestores de todos os 22 municípios convocados. A maioria apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança, a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora.

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento. 'O que nós precisamos é de união, para que a façamos essa travessia com segurança. O alerta foi dado. Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

O secretário de Estado da Segurança Pública (Sesed), cel. Francisco Araújo, respondeu aos pedidos feitos por alguns gestores que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias. 'Tenho ordem expressa da governadora para que todas as forças de segurança públicas estejam disponíveis para as ações de enfrentamento ao coronavírus. Estou à disposição para o que vocês precisarem', afirmou.



## METADE DA POPULAÇÃO RESIDE NO LITORAL

De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, os 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar. Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado. 'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

Fernando Mineiro, secretário de Estado de Gestão de Metas e Projetos, sugeriu que sejam realizadas blitzes sanitárias educativas a fim de conscientizar a população sobre a importância do uso de máscaras e que os municípios estabeleçam multa pelo não uso do acessório de proteção. 'Metade da população do RN se concentra na região litorânea, daí vem o impacto. É impensável a atividade na beira da praia sem gerar aglomerações. Ninguém vai à praia com máscara. Então temos que conscientizar as pessoas sobre como devem se comportar', disse. Ele citou o sistema de monitoramento de câmeras de Ponta Negra a Redinha, que tem ajudado às forças da segurança a dispersarem as aglomerações.

Ao situar o RN como o primeiro estado a receber certificação internacional como apto a receber de forma segura o turista, a secretária de Estado do Turismo (Setur), Ana Maria Costa, informou que a equipe está em campo para orientar o setor do turismo a fazer sua

retomada por meio do selo Turismo+Protegido. 'Fizemos o plano de retomada do turismo e oferecemos capacitação através do Senac e Sebrae, realizando um trabalho muito importante para capacitar todos os que estão na linha de frente', disse. As informações estão contidas no site [www.turismoprotegido.rn.gov.br](http://www.turismoprotegido.rn.gov.br).

O procurador regional do Trabalho, Xisto Tiago, reforçou que o diálogo entre os entes é bastante construtivo e salutar para toda a população potiguar. 'Eu faço apelo às prefeituras e segmentos econômicos para que lancem mão de uma comunicação eficaz através de todas as mídias, dos meios de comunicação, com a sinalização de que uma abertura responsável, seguindo fases e protocolos, não deve ser compreendido como 'liberou geral'. É preciso também uma fiscalização prévia, de natureza pedagógica, para que não vejamos novamente aquele tipo de cena', destacou.

Chefe do Ministério Público Estadual, o promotor público Eudo Leite, também conclamou que haja esforço concentrado das prefeituras, com formação das equipes com servidores públicos municipais, para compor as blitzes sanitárias e educativas. 'A gente viu imagens muito fortes, e como o secretário adjunto da Saúde, Petrônio Spinelli costuma falar, o que se vê hoje terá como consequência daqui a 15 dias nas filas por leitões', ressaltou.

Representando o setor produtivo, o presidente da Fecomércio **Marcelo Queiroz** informou que as empresas têm seguido os protocolos e pede mais rigor nas fiscalizações. 'Foram mais de 100 dias de comércio fechado. O turismo amarga dias e dias sem perspectivas.

Enquanto isso, realizamos ações com Sebrae e CDL, em que visitamos empresas mostrando os protocolos. Vamos expandir essa ação para o interior. Implantamos na Fecomércio um programa em que o empreendedor tem como acessar os protocolos gerais e os específicos para sua empresa'.

Presidente da Abrasel-RN, entidade que representa os bares e restaurantes, Artur Fontes observou que a maior parte das movimentações ocorreram em ambientes informais. 'Sugiro intensificar as blitzes de lei seca nas praias. O papel dos governos é fiscalizar de forma enérgica', pontuou.

Todos os gestores municipais que participaram da reunião, à exemplo de Giovani Júnior, secretário do município de Parnamirim de Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico, destacaram a importância da Polícia Militar do RN e de outras forças de segurança nesse processo de coibir as aglomerações. 'Precisamos de uma comunicação eficaz e sabemos que isso não é tarefa fácil. No nosso ponto de vista, o fato de Ponta Negra por si repercutiu negativamente na mídia. Temos tido toda a responsabilidade, e acredito que não falta aos gestores a noção clara do que isso representa. Precisamos sim reforçar as parcerias para fiscalização', concluiu.

A reunião foi encerrada com o compromisso de que todos os municípios serão enérgicos ao fiscalizarem a orla. Estavam presentes à videoconferência, além dos gestores já citados, o vice-governador Antenor Roberto; o chefe da Casa Civil Raimundo Alves, que conduziu a reunião; a delegada geral da Polícia Civil, Ana Cláudia Saraiva Gomes, e o comandante do

Corpo de Bombeiros Militar do RN cel. Monteiro Júnior.

O post Estado e prefeituras intensificam fiscalização das praias a partir da quinta-feira apareceu primeiro em Gláucia Lima.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ**

# Governo e prefeituras dizem que vão reforçar fiscalização contra aglomerações nas praias do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O governo do Rio Grande do Norte e prefeituras de 22 municípios da costa potiguar disseram que vão aumentar a fiscalização nas praias, a partir desta quinta-feira (23), para evitar aglomerações. Os representantes das prefeituras, governo e empresários participaram de uma reunião nesta terça-feira (21) para discutir soluções para os casos registradas no último fim de semana no litoral do estado.

Segundo o governo, durante o encontro, ficou definido que a partir desta quinta-feira (23) haverá equipes integradas das forças de segurança públicas nos acessos e nas praias de

toda a extensão costeira - de Baía Formosa, no extremo Sul do litoral potiguar, a Tibau, no região Oeste, já no limite com o Ceará. As blitzes serão realizadas em parceria com os órgãos municipais de segurança, vigilância sanitária e da tributação.

'A maioria [dos gestores] apresentou as ações que vêm sendo realizadas e também seus pleitos. Agora é partir para a ação. Vamos ocupar o litoral com nossas forças de segurança a partir desta quinta-feira, para coibir as aglomerações e evitar um retrocesso no combate do coronavírus', declarou a governadora Fátima Bezerra (PT).

Ela falou que mesmo o RN tendo sido um dos primeiros a editar medidas restritivas, está sendo um dos últimos a retomar a economia, de modo que as prefeituras devem colaborar para passar à população a mensagem de que ainda não é o momento para o desconfinamento. 'Precisamos nos unir para que não aconteça um atraso, que seria ruim para todos nós: para a saúde e para a economia', enfatizou.

Os gestores municipais que participaram da reunião, como Giovani Júnior, secretário de Finanças, Turismo e Desenvolvimento Econômico de Parnamirim, destacaram a importância da Polícia Militar e de outras forças de segurança para coibir aglomerações.

'Precisamos de uma comunicação eficaz e sabemos que isso não é tarefa fácil. No nosso ponto de vista, o fato de Ponta Negra por si repercutiu negativamente na mídia. Temos tido toda a responsabilidade, e acredito que não falta

aos gestores a noção clara do que isso representa. Precisamos sim reforçar as parcerias para fiscalização', concluiu.

O secretário de Estado da Segurança Pública (Sesed), cel. Francisco Araújo afirmou que todas as forças de segurança estão à disposição dos municípios e respondeu aos pedidos feitos por alguns prefeitos, que solicitaram a presença do Corpo de Bombeiros e da Polícia Rodoviária Estadual para tornar mais efetiva a fiscalização nas praias.

De acordo com dados apresentados pelo secretário de Estado da Saúde Pública (Sesap), Cipriano Maia, 28 municípios costeiros ou com acesso ao litoral do Rio Grande do Norte concentram 52,4% da população potiguar. Juntos, eles apresentam 68,2% dos novos casos de coronavírus e 71,5% dos óbitos acometidos pela doença no estado.

'O contato aumenta as possibilidades de contágio. Não há profilaxia comprovada cientificamente. As medidas de distanciamento e o uso da máscara são imprescindíveis para que a gente não venha a ter o rebote da doença', alertou.

O Rio Grande do Norte chegou nesta terça-feira (21) a 44.267 casos confirmados de Covid-19 e 1.621 mortes pela doença desde o início da pandemia. Os dados são do novo boletim epidemiológico da Secretaria Estadual de Saúde Pública do RN (Sesap). Foram 36 óbitos a mais em relação à publicação do dia anterior.

Representando o setor produtivo, o presidente da Fecomércio **Marcelo Queiroz** declarou que as empresas têm seguido os protocolos e pediu

mais rigor nas fiscalizações. 'Foram mais de 100 dias de comércio fechado. O turismo amarga dias e dias sem perspectivas. Enquanto isso, realizamos ações com Sebrae e CDL, em que visitamos empresas mostrando os protocolos. Vamos expandir essa ação para o interior. Implantamos na Fecomércio um programa em que o empreendedor tem como acessar os protocolos gerais e os específicos para sua empresa'.

Presidente da Abrasel-RN, entidade que representa os bares e restaurantes, Artur Fontes considerou que a maior parte das movimentações ocorreram em ambientes informais, onde o poder público deveria focar a ação.

G1/RN

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ**

# Shoppings com ar-condicionado se preparam para reabrir dia 28 em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz Henrique Gomes

Repórter

Com reabertura prevista para o dia 4 de agosto, os maiores shoppings centers de Natal procuraram a Prefeitura Municipal para antecipar a data em uma semana e reabrirem na próxima terça-feira, 28. Os superintendentes desses empreendimentos, ainda fechados por causa do sistema de ar condicionado, afirmaram que os estabelecimentos estão prontos para voltarem a funcionar com a segurança sanitária exigida ao combate à pandemia do novo coronavírus. A Prefeitura do Natal confirmou que o pedido de antecipação foi feito e disse

que analisa a possibilidade.

Créditos: Magnus Nascimento Midway Mall emitiu comunicado aos lojistas sobre possibilidade de reabertura no dia 28 de julho

A TRIBUNA DO NORTE teve acesso nesta terça-feira, 22, a um ofício circular da superintendência do Natal Shopping, localizado na zona Sul da capital, enviado aos lojistas. Segundo o ofício, a possibilidade de antecipação já foi tratada entre superintendentes dos shoppings, representantes da Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce) e o prefeito Álvaro Dias.

A nova data de abertura seria no dia 28 de julho, uma semana antes da prevista para o início da segunda fração da terceira fase de reabertura da economia na capital. Essa fração contempla os shoppings e academias com a sistema de ar condicionado. No dia 28 de julho se inicia a primeira fração da terceira fase com a abertura, se não houver alterações, de restaurantes acima de 300 metros quadrados, bares e barracas nas praias.

'Em função dos resultados das últimas reuniões entre os superintendentes dos shoppings centers e representantes da Abrasce junto ao prefeito de Natal, informamos que é possível que haja uma antecipação da reabertura dos shoppings com ar condicionado do dia 05/08, para o dia 28/07', afirma o ofício obtido pela reportagem. 'A confirmação da data de reabertura se dará com a publicação de decreto por parte da Prefeitura do Natal', conclui o documento distribuído aos lojistas do Natal

Shopping.

Oficialmente, a Prefeitura do Natal confirmou apenas o pedido de antecipação e afirmou que ele está em análise. No entanto, disse que não houve nenhuma reunião oficial entre os representantes e o prefeito Álvaro Dias, que está em agenda oficial em Brasília desde o início desta semana.

Procurado pela reportagem, o Natal Shopping disse que 'acompanha de perto as discussões sobre o tema de flexibilização do isolamento social e todas as orientações dos órgãos públicos serão rigorosamente seguidas'. O local criou um protocolo de prevenção para evitar aumento de novos casos da covid-19 com a reabertura e distribuiu a cartilha com ações de segurança para todos lojistas. O ofício também pede para os lojistas estarem preparados para a reabertura e possibilidade de antecipação desta.

O shopping Midway Mall, na zona Leste, e o Partage Norte Shopping, na zona Norte, também afirmaram que estão prontos para funcionarem, mas que a antecipação depende do poder público.

Lojas prontas

Segundo a empresária Eulália Morais, que possui lojas no Midway Mall e no Natal Shopping, as lojas já estão prontas para abrirem. Ela defende, inclusive, que os shoppings podem oferecer mais segurança contra aglomerações do que centros comerciais. 'No shopping, você tem o maior controle de entrada. E por isso eu acho que é mais fácil ainda de evitar aglomerações. Já estamos prontos e acredito que poderíamos

sim reabrir antes do dia 5', afirmou.

Créditos: Magnus Nascimento Natal Shopping afirmou que tem plano de biossegurança contra a covid montado para retomada

A empresária também possui loja em um dos shoppings de Recife, em Pernambuco, já reaberto. Ela afirmou que a experiência da capital pernambucana é positiva com as medidas adotadas. 'Os clientes respeitam muito todas as medidas adotadas lá, como a limitação de pessoas dentro de cada loja. Eles aguardam do lado de fora, mantém a distância entre um e outro. Se isso for observado aqui, ao contrário do que foi visto na praia [de Ponta Negra], eu acredito que temos todas as seguranças', disse.

Outras capitais nordestinas já estão com os shoppings centers reabertos, além de Recife. É o caso de João Pessoa, na Paraíba, e Fortaleza, no Ceará. Em João Pessoa, um dos shoppings criou faixas de 'mão e contramão' para evitar o contra-fluxo entre as pessoas.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio) afirmou que possíveis antecipações no calendário de reabertura são 'bem vindas' desde que haja segurança sanitária. A Federação é uma das responsáveis pela criação do Plano de Retomada Gradual da Economia adotado pela Prefeitura de Natal e do Governo do Estado.

Boletim

Natal chegou a 17 mil infectados pelo novo coronavírus e 686 mortes confirmadas como decorrentes da covid-19 nesta quarta-feira, 22,

segundo a Secretaria de Estado da Saúde Pública (os últimos dados da Secretaria Municipal de Saúde são do dia 19 de julho). A taxa de ocupação dos leitos críticos públicos na região metropolitana de Natal é de 89%. São 156 leitos críticos (UTI ou semi intensivos) ocupados, de 174 em funcionamento.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**



## Fecomércio lança plataforma que disponibiliza protocolos para lojas de comércio e serviços



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN lança nesta quarta-feira (22), mais um serviço gratuito de suporte aos empresários do estado neste momento de reabertura gradual da economia, em que é preciso se adaptar ao novo normal e seguir, à risca, as medidas de biossegurança para que os seus estabelecimentos possam funcionar.

Por meio do portal Cuidando do RN ([fecomerciorn.com.br/cuidandodorn](https://fecomerciorn.com.br/cuidandodorn)) as empresas dos segmentos inseridos na primeira etapa do Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte têm à disposição todos os protocolos, tanto os gerais quanto os específicos, para

impressão, de forma personalizada, inclusive com os dados do estabelecimento.

As empresas que já estavam abertas por serem consideradas essenciais, também poderão imprimir o documento. Além disso, para aquele estabelecimento que adotar alguma conduta diferente e que se some aos impostos pelos protocolos estaduais, há a opção de inserção deste ponto no documento.

Para imprimir os protocolos do seu segmento é preciso acessar o site <https://fecomerciorn.com.br/cuidandodorn/protocolos/>; clicar em 'Não' caso não tenha um protocolo particular; preencher os dados da empresa no PDF digitável; e enviar o arquivo para o e-mail [email protected] para que seja referendado pela Fecomércio RN. O retorno é imediato.

Caso a empresa queira inserir um protocolo diferente e que foi adotado de forma específica, deve clicar em 'Sim'; preencher os dados; e clicar em 'Enviar para a Fecomércio'. O documento será submetido à análise da equipe técnica do **Senac**, e em seguida será devolvido ao empreendedor, dentro de, no máximo, 48 horas.

A ideia é que, após fazer a impressão as empresas fixem este documento em um local visível do estabelecimento, e o apresentem em uma eventual fiscalização realizada pelos entes públicos.

'Queremos que a retomada da economia seja gradual e efetiva. Para não correr o risco de



darmos passos para trás, fechando alguns setores, estamos disponibilizando os protocolos divididos por setor, auxiliando o empresário que por ventura ainda tem dúvida do que deve fazer. É um documento, com base no que determina o Governo do Estado, referendado pela Fecomércio, e que pode ser apresentado em fiscalizações. Isso mostra que estamos juntos daqueles que fazem a nossa economia girar e estão buscando se adaptar para não fechar as portas', declarou **Marcelo Queiroz**.

#### Reabertura

Na primeira etapa do protocolo de reabertura gradual da economia, estão contemplados os segmentos de: Serviços de RH e Terceirização; Atividades de informação, comunicação, agências de publicidade, design e afins; Salões de beleza, barbearias e afins; Papelarias; Bancas de revistas; Loja de produtos de climatização; Lojas de bicicletas e acessórios; Lojas de vestuários; Armarinhos; Instrumentos musicais e acessórios; equipamentos de áudio e vídeo; eletrônicos/informática e equipamentos de telefonia e comunicação; Joalherias e relojoarias; Lojas de souvenirs, bijuterias e artesanato; Agências de turismo; Calçados; Lojas de móveis, eletrodomésticos e colchões; Lojas de departamento, magazines (que não funcionem em shoppings ou centros comerciais); Lojas de brinquedos, artigos esportivos e de caça e pesca; Lojas de cosméticos e perfumaria; Restaurantes, lanchonetes, food parks, self-service de até 300m<sup>2</sup> e maiores de 300m<sup>2</sup> de área; Academias de ginástica, box de crossfit e estúdio de pilates, com e sem o uso de ar condicionado; Centros Comerciais e Galerias Comerciais com e sem o uso de ar condicionado; Bares; Transporte coletivo.

O Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte no pós-pandemia foi produzido pela Fecomércio RN junto com as entidades empresariais e apresentado ao governo estadual em maio. O documento teve o parecer técnico favorável do Comitê de Especialistas da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, que afirmou que o mesmo 'presenta boa qualidade técnica e demonstra um esforço articulado do setor produtivo na elaboração do documento'.

#### Cuidando do RN

O **Sistema Fecomércio RN** lançou no início do mês de julho a campanha Cuidando do RN, que detalha todas as ações da Fecomércio, Sesc e **Senac** RN voltadas não só aos empreendedores, como também à sociedade em geral, durante o período da pandemia do novo Coronavírus. Além da landing page Cuidando do RN, a campanha tem postagens nas redes sociais das três casas que compõem o Sistema, um vídeo publicitário que está sendo veiculado em todas as emissoras de TV do estado, outdoor digital, anúncios em jornais, rádios, sites e blogs.

Ações do **Mesa Brasil**, com a distribuição de alimentos, cestas básicas e itens de higiene em vários municípios potiguares; lives e projetos voltados ao empreendedorismo em período de crise; são alguns dos exemplos do trabalho do **Sistema Fecomércio RN** de apoio aos empreendedores para amenizar a crise causada pela pandemia do novo Coronavírus.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN,**

**FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN,  
FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ,  
FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL,  
FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN**

# Fecomércio RN lança plataforma que disponibiliza protocolos gerais e específicos de biossegurança para lojas de comércio e serviços na reabertura gradual da economia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Turismo do RN lança hoje, 21.07, mais um serviço gratuito de suporte aos empresários do estado neste momento de reabertura gradual da economia, em que é preciso se adaptar ao novo normal e seguir, à risca, as medidas de biossegurança para que os seus estabelecimentos possam funcionar.

Por meio do portal Cuidando do RN ([fecomerciorn.com.br/cuidandodorn](https://fecomerciorn.com.br/cuidandodorn)) as empresas dos segmentos inseridos na primeira etapa do Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte têm à disposição todos os protocolos, tanto os gerais quanto os específicos, para impressão, de forma personalizada, inclusive com os dados do estabelecimento.

As empresas que já estavam abertas por serem consideradas essenciais, também poderão imprimir o documento. Além disso, para aquele estabelecimento que adotar alguma conduta diferente e que se some aos impostos pelos protocolos estaduais, há a opção de inserção deste ponto no documento.

Para imprimir os protocolos do seu segmento é preciso acessar o site <https://fecomerciorn.com.br/cuidandodorn/protocolos/>; clicar em "Não" caso não tenha um protocolo particular; preencher os dados da empresa no PDF digitável; e enviar o arquivo para o e-mail [analiseprotocolo@fecomerciorn.com.br](mailto:analiseprotocolo@fecomerciorn.com.br) para que seja referendado pela Fecomércio RN. O retorno é imediato.

diferente e que foi adotado de forma específica, deve clicar em "Sim"; preencher os dados; e clicar em "Enviar para a Fecomércio". O documento será submetido à análise da equipe técnica do **Senac**, e em seguida será devolvido ao empreendedor, dentro de, no máximo, 48 horas.

A ideia é que, após fazer a impressão as empresas fixem este documento em um local visível do estabelecimento, e o apresentem em uma eventual fiscalização realizada pelos entes públicos.

"Queremos que a retomada da economia seja gradual e efetiva. Para não correr o risco de darmos passos para trás, fechando alguns setores, estamos disponibilizando os protocolos divididos por setor, auxiliando o empresário que por ventura ainda tem dúvida do que deve fazer. É um documento, com base no que determina o Governo do Estado, referendado pela Fecomércio, e que pode ser apresentado em fiscalizações. Isso mostra que estamos juntos daqueles que fazem a nossa economia girar e estão buscando se adaptar para não fechar as portas", declarou **Marcelo Queiroz**.

#### Reabertura

Na primeira etapa do protocolo de reabertura gradual da economia, estão contemplados os segmentos de: Serviços de RH e Terceirização; Atividades de informação, comunicação, agências de publicidade, design e afins; Salões de beleza, barbearias e afins; Papelarias; Bancas de revistas; Loja de produtos de climatização; Lojas de bicicletas e acessórios; Lojas de vestuários; Armarinhos; Instrumentos musicais e acessórios; equipamentos de áudio e vídeo; eletrônicos/informática e equipamentos

de telefonia e comunicação; Joalherias e relojoarias; Lojas de souvenirs, bijuterias e artesanato; Agências de turismo; Calçados; Lojas de móveis, eletrodomésticos e colchões; Lojas de departamento, magazines (que não funcionem em shoppings ou centros comerciais); Lojas de brinquedos, artigos esportivos e de caça e pesca; Lojas de cosméticos e perfumaria; Restaurantes, lanchonetes, food parks, self-service de até 300m<sup>2</sup> e maiores de 300m<sup>2</sup> de área; Academias de ginástica, box de crossfit e estúdio de pilates, com e sem o uso de ar condicionado; Centros Comerciais e Galerias Comerciais com e sem o uso de ar condicionado; Bares; Transporte coletivo.

O Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica do Estado do Rio Grande do Norte no pós-pandemia foi produzido pela Fecomércio RN junto com as entidades empresariais e apresentado ao governo estadual em maio. O documento teve o parecer técnico favorável do Comitê de Especialistas da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, que afirmou que o mesmo "presenta boa qualidade técnica e demonstra um esforço articulado do setor produtivo na elaboração do documento".

#### Cuidando do RN

O **Sistema Fecomércio RN** lançou no início do mês de julho a campanha Cuidando do RN, que detalha todas as ações da Fecomércio, Sesc e **Senac** RN voltadas não só aos empreendedores, como também à sociedade em geral, durante o período da pandemia do novo Coronavírus. Além da landing page Cuidando do RN, a campanha tem postagens nas redes sociais das três casas que compõem

o Sistema, um vídeo publicitário que está sendo veiculado em todas as emissoras de TV do estado, outdoor digital, anúncios em jornais, rádios, sites e blogs.

Ações do **Mesa Brasil**, com a distribuição de alimentos, cestas básicas e itens de higiene em vários municípios potiguares; lives e projetos voltados ao empreendedorismo em período de crise; são alguns dos exemplos do trabalho do **Sistema Fecomércio RN** de apoio aos empreendedores para amenizar a crise causada pela pandemia do novo Coronavírus.

\*Fonte: Fecomércio RN

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN**

# Ipea divulga propostas para acelerar desenvolvimento após pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou nesta quarta-feira (22) o documento Brasil Pós Covid-19, com um conjunto de propostas de curto e médio prazos para acelerar o desenvolvimento sustentável do Brasil pós-pandemia, em uma trajetória de crescimento e desenvolvimento.

O trabalho teve a participação de pesquisadores de todas as áreas da instituição e as propostas se dividem em quatro direções: atividade produtiva e reconstrução das cadeias de produção, inserção internacional, investimento em infraestrutura, além de proteção econômica e social de populações vulneráveis.

'O Ipea está cumprindo o seu papel, que é o de oxigenar o debate e apresentar soluções. O Ipea não executa nada. O papel é propor e responder às perguntas dos setores', disse o diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Ipea, André Rauen, em entrevista à Agência Brasil.

Entre as sugestões na área de infraestrutura, o Ipea propõe que o governo federal faça um programa emergencial de manutenção de rodovias federais, especialmente nas que passam por cidades que sofreram mais com o desemprego, um dos efeitos da pandemia. Para André Rauen, essa é uma forma mais rápida de dar maiores condições à população local. 'A gente está usando a manutenção de infraestrutura para gerar emprego e renda', disse.

Ainda nessa área, o documento propõe a criação de uma câmara para receber as diferentes demandas das concessionárias do setor. De acordo com o pesquisador, o equilíbrio financeiro dessas empresas foi afetado negativamente. 'Elas já estão negociando com o governo e o Ipea propõe a criação de uma porta de entrada única para receber as demandas e dar um tratamento mais homogêneo a essas inúmeras solicitações que já estão chegando.

"Acho que precisa ter a participação de mais de um ministério, porque teve impacto socioeconômico. A ideia é que seja realizado entre ministérios, mas a operacionalização depende de como isso pode ser trabalhado no governo federal e se os ministérios vão aceitar', completou.

O saneamento também faz parte das propostas. A intenção é aproveitar a aprovação do marco do setor para criar um vigoroso programa focado em áreas irregulares. 'Levar água e esgoto para áreas irregulares, que são as comunidades de favelas, invasões, porque esses grandes contingentes populacionais são aglomerados e têm um potencial, como vimos agora na pandemia, de difundir doença se a gente não leva saneamento básico', afirmou.

Outra proposta é o incentivo para a construção ferroviária privada no sistema de autorização. Segundo Rauen, essa medida teria impacto imediato na geração de emprego e renda. 'Uma vez permitido, por exemplo, que grandes mineradoras e grandes produtores de commodities possam construir suas próprias ferrovias, eles iam partir para a contratação de pessoal de mão de obra mais básica, ou seja, isso seria um impacto direto da concessão privada importante para este momento', lembrou.

O diretor do Ipea informou que as propostas foram elaboradas considerando o cenário de restrição fiscal do governo federal, mas acrescentou que uma das maneiras de conseguir o dinheiro é rever políticas que não funcionam. 'Na área social será necessário dinheiro público, mas de maneira geral o que a gente quer é conseguir recursos por meio da reorientação de políticas já existentes', observou.

Na área de transporte público, o pesquisador disse considerar que a mobilidade urbana é um tema super complexo, que não se consegue resolver da noite para o dia e exige debate intenso com uma quantidade enorme de atores

com diferentes interesses. 'A saída que a gente dá é o foco na redução desses problemas com um debate baseado nas evidências, porque não é trivial, mas é um problema complexo, que tem inclusive impactos sanitários, e um calcanhar de Aquiles por causa da aglomeração', disse.

No texto de apresentação do documento, o presidente do Ipea, Carlos von Doellinger destacou que em poucos meses, desde que começou a pandemia, o país passou de um cenário razoavelmente promissor para o contexto atual, em que previsões indicam a possibilidade de retração da **economia** em até 6%. 'Evidentemente há grande incerteza sobre a magnitude exata da queda da atividade econômica, mas não há dúvida de que ela foi considerável'.

O setor mais atingido foi o de serviços, que representa 70% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Na sequência veio o setor industrial, principalmente a indústria de transformação, mas em contraponto o setor agropecuário, por suas características próprias, ainda conseguiu manter crescimento positivo, apesar de em nível menor que as previsões do começo do ano.

#### Propostas

O presidente do Ipea afirmou que a complexidade do contexto atual indica que o país está vivendo um momento crítico e, por isso, propostas de políticas públicas e evidências robustas e objetivas são insumos críticos para ações governamentais de curto, médio e longo prazos. 'Nossa intenção é prover subsídios para que o governo possa planejar a recuperação da atividade econômica, com



vistas à melhoria das condições de emprego, de renda e das condições de vida das populações mais vulneráveis, assim como oferecer possibilidades concretas de proteção social e de políticas públicas de fomento setorial e regional, e úteis à sobrevivência das empresas, em especial daquelas mais vulneráveis em razão do porte e do setor de atuação'.

Na visão de Carlos von Doellinger, embora haja projeção de queda de 6% no PIB em 2020, percentual menor do que a média do **mercado**, a partir do segundo semestre do ano há previsão de recuperação da **economia**, com alta entre 3,6% e 4,7% no período, o que também está acima do **mercado** nos dois patamares. Para 2021, a expectativa é de um crescimento de 3,6% do PIB, em função da baixa base de comparação do ano anterior.

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Júnior, destacou que diante do panorama atual dos impactos da pandemia na **economia** brasileira, o equilíbrio fiscal é pré-requisito para transformar este cenário. 'A gente tem hoje um desequilíbrio fiscal e um déficit bastante elevado, mas precisa projetar para os próximos anos porque esse ajuste vai acontecer. Só vai ser crível com base em medidas concretas nessa direção, que precisam ser implementadas nos próximos meses. Os gastos sociais são importantes neste momento, mas é preciso saber quais estão sendo hoje efetivos e os que não estão'.

O documento defende que juntamente com as reformas fiscais necessárias, deveria ser executado um amplo conjunto de reformas microeconômicas por investimentos e a

reforma tributária, que ajudaria a melhorar a eficiência da **economia**. 'A reforma tributária é uma questão que vem de muitos anos e quanto mais rápido ela for aprovada, melhor. Isso apressaria nossa ida na direção de uma **economia** mais eficiente e melhoraria a percepção sobre a **economia** brasileira'.

#### Empréstimo

O documento propõe ainda a concessão de empréstimo favorecido, com pagamento vinculado ao faturamento futuro, e uso estratégico das compras públicas, para fomentar a atividade de micro e pequenas empresas. André Rauen disse que é preciso reconhecer que essas empresas foram muito atingidas pela crise e precisam de medidas urgentes. 'Estamos propondo empréstimos para todas as microempresas, que vão pagar no Imposto de Renda. Não tem **juros**, só o principal. Ou todas são apoiadas, ou não há o efeito de tração na **economia**, e precisamos desse efeito para a reativação. A gente garante que não vai ter inadimplência porque vai pagar quando declarar o Imposto de Renda'.

Sobre as compras, o pesquisador afirmou que o Poder Executivo deveria criar um espaço de market place gov, como ocorrem com as empresas de vendas Amazon e Mercado Livre. 'Todas as repartições podem entrar e negociar com o cliente. Para compras de valor mais baixo, tudo poderia ser feito pelo market place, para compras rotineiras de fornecimento básico', informou Rauen.

#### Setor externo

Na avaliação do Ipea, o setor externo no Brasil foi, de certa forma, preservado das piores



consequências da crise, com crescimento significativo das exportações, especialmente dos produtos do setor agropecuário. Houve forte concentração nos mercados importadores da China. Mas as importações brasileiras sofreram contração, o que beneficiou o saldo comercial.

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas chamou a atenção para o fato de que os investimentos diretos foram mantidos em nível razoável, considerando o ambiente de crise que o mundo vive. 'Diria que, de fato, o setor externo está em situação bem melhor que os demais. Isso não quer dizer que deve relaxar', ressaltou.

Uma das propostas nessa área é estimular o setor produtivo com atividades que fazem do comércio exterior vetor de recuperação da **economia**. 'Continuidade da agenda de integração econômica com outros países, estímulo à produtividade e à competitividade do Brasil, buscar parcerias internacionais para novos investimentos, especialmente em infraestrutura e em novas plantas produtivas do país', completou.

#### Mercado de Trabalho

As propostas do Ipea incluem ainda a criação de programas de subsídio temporário à contratação de trabalhadores e renovação de programas de redução de jornada. Além disso, sugerem a prorrogação dessa medida, implementada na Medida Provisória 936/2020, com reduções nas despesas do governo em benefícios emergenciais.

'A prorrogação tem um prazo e um conjunto de ideias para aumentar a flexibilização do

**mercado** de trabalho e evitar demissões. Neste momento, algumas empresas estão com insegurança muito grande de quantas horas e quantos trabalhadores elas precisam. A ideia é manter o máximo possível o emprego, evitando demissões e fazendo com que a retomada seja a mais rápida', avaliou José Ronaldo Souza Júnior, observando que ações e o auxílio emergencial do governo permitiram que a perda de empregos fosse menor desde o início da pandemia.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# No melhor momento para comprar, Balcão de Negócios do Sinduscon/RN tem imóveis com condições muito atrativas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quem deseja sair do aluguel ou se mudar para um imóvel maior e mais confortável, muitas vezes, espera só uma oportunidade vantajosa e segura para realizar esse sonho. E por incrível

que pareça, esse é o melhor momento para fazer isso. O motivo está na queda histórica da taxa Selic, que atualmente é de 2,25% ao ano, e traz impactos diretos nos valores de financiamentos. Essa e outras facilidades podem ser encontradas no Balcão de Negócios do Sinduscon/RN, que está funcionando no supermercado Nordestão, no bairro do Tirol, em Natal, com todas as medidas de segurança e higiene necessárias.

O Balcão de Negócios é uma reunião de cinco construtoras e onze empreendimentos em torno de uma ação de comercialização da imobiliária Caio Fernandes. Participam da iniciativa a Constel Empreendimentos, Construtora Monte Neto, Ramalho Moreira Construtora, Cima Engenharia e Fourtech. Essas construtoras possuem empreendimentos nos bairros do Tirol, Petrópolis e Lagoa Nova, na capital, além de imóveis em Pirangi (Parnamirim) e São Miguel do Gostoso.

No Balcão, é possível encontrar imóveis que variam entre R\$ 230 mil a R\$ 900 mil. Há pouco tempo, um imóvel de R\$ 500 mil podia ser financiado com parcelas de R\$ 4 mil. Hoje, as parcelas podem sair por até R\$ 2,7 mil. O motivo é a queda na taxa Selic, que chegou ao menor patamar no mês passado. Essa é a taxa básica de **juros** da **economia** nacional, que funciona como um índice, fornecendo referência para os **juros** praticados em todos os produtos de crédito no **mercado**. Quanto menor essa taxa, menor os **juros** e os custos de um financiamento.

'Esse é o melhor cenário da história para a

compra de imóveis. O momento é muito oportuno para o investimento porque as taxas de **juros** caíram bastante, nunca estiveram tão baixas. Em alguns casos. Os valores das parcelas de financiamento caíram mais de 30%. É aquele momento de procurar um imóvel maior, de oferecer mais conforto para a família, morar mais perto do trabalho e da escola, de sair do aluguel e investir na casa própria, com um comprometimento bem menor da renda', explicou o empresário Caio Fernandes.

Enquanto os shoppings não reabrem, o Balcão de Negócios do Sinduscon/RN está funcionando no supermercado Nordestão, do Tirol, com maquetes e atendimento presencial, seguindo as medidas de distanciamento social, distribuição de máscaras e disponibilidade de álcool gel.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Paulo Guedes entrega primeira parte da reforma tributária ao Congresso



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Daniel Menezes

Do g1 - O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, entregou nesta terça-feira (21) ao Congresso Nacional uma proposta do governo federal com parte da reforma tributária estudada pela área econômica. O projeto foi entregue aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Segundo o ministério, essa primeira proposta trata apenas da unificação de PIS e Cofins, os dois **tributos** federais sobre o consumo. Temas mais complexos, como a inclusão de **tributos** estaduais nesse imposto único, mudanças no Imposto de Renda e alteração da carga

tributária devem ficar para uma segunda fase, ainda sem data para ser protocolada.

Mudanças nas regras tributárias já são tema de propostas em análise no Senado e na Câmara, em textos assinados por parlamentares. Deputados e senadores cobram maior participação do Executivo na discussão do assunto.

No início deste ano, os congressistas criaram uma comissão mista para a análise conjunta de propostas de reforma tributária que estão em andamento no Legislativo.

Porém, em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus, os trabalhos foram interrompidos e as discussões, suspensas. A análise só foi retomada na última semana, após decisão de Rodrigo Maia.

O presidente da Câmara alegou que o tema é urgente e que, embora a participação do Senado fosse importante, os deputados deveriam fazer a reforma avançar.

A medida gerou reação no Senado, e Alcolumbre chegou a dizer que não colocaria uma eventual proposta aprovada pelos deputados em votação. O senador também disse que, para que um tema como a reforma tributária prospere, é necessária a participação da equipe econômica do governo.

Alcolumbre: 'Passo significativo para fazermos a sonhada reforma tributária brasileira'

As propostas em análise no Congresso não

tratam da diminuição da carga de impostos. Os projetos têm o objetivo de simplificar a cobrança de **tributos**, atualmente considerada um entrave ao desenvolvimento econômico do país.

Tanto Alcolumbre quanto Rodrigo Maia já deram manifestações contrárias à criação de novos impostos, hipótese que é vista com bons olhos por Paulo Guedes. O ministro tem feito referência à criação de um imposto sobre transações e comércio em meio eletrônico - proposta que vem sendo comparada à CPMF, antigo imposto do cheque.

No fim da tarde, o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional uma mensagem para pedir que a reforma tramite em regime de urgência, ou seja, com prioridade na votação e possibilidade de pular etapas regimentais. O envio foi registrado em edição extra do 'Diário Oficial da União'.

'Tarefa do Congresso'

Depois de entregar a proposta do governo (veja detalhes abaixo), Paulo Guedes afirmou que não pode 'invadir o território dos prefeitos, falando sobre ISS, ou invadir o território dos estados, falando sobre ICMS'.

'Nós oferecemos uma proposta técnica do IVA, mas com apoio total ao que está estipulado na [PEC da Câmara] 45, que busca o acoplamento desses impostos. Nós apoiamos o acoplamento', afirmou o ministro.

'Pode ser que haja estados que queiram acoplar, estados que não. Cabe ao Congresso dizer se vai legislar para todos, ou não. Ou [se vai] deixar essa independência valendo. Mas é,

acima de tudo, uma tarefa do Congresso', completou Guedes.

Presidente do Senado, Alcolumbre destacou que o texto encaminhado pelo governo nesta terça é apenas uma parte da proposta de reforma tributária. O senador disse que o projeto poderá ser incorporado ao que já tramita ou aperfeiçoado, ao chegar à comissão mista do Congresso.

'O governo entrega oficialmente parte [da reforma] para ser acoplada aos debates e aos temas construídos na comissão, e também na Câmara e no Senado, para que a gente possa sair com uma proposta uníssona de reforma tributária brasileira', declarou Alcolumbre.

'Segurança jurídica'

Rodrigo Maia: 'Diálogo só tem a trazer bons resultados para o nosso país'

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que independentemente da proposta que for aprovada - se uma mais restrita ou uma mais completa - o importante é avançar em uma reforma que dê 'segurança jurídica para o setor produtivo', que gere empregos e renda.

'É importante que a gente possa avançar nesse debate, a discussão dos impostos sobre bens de serviços. O governo traz a unificação de dois impostos federais, nós temos propostas que ampliam esse escopo', comparou Maia.

Antecipando eventuais críticas ao conteúdo dos projetos, Maia disse que muitas vezes pessoas se opõem propostas sem saber o que está escrito, nem quais são os objetivos dos textos.

Após receber a proposta do governo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, teceu elogios ao ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. Maia disse que o ministro tem contribuído na articulação política entre o governo e o Congresso.

Em tom de brincadeira, depois dos elogios do congressista, Ramos disse: 'Estou demitido'. Maia, então, emendou: 'Foi de propósito. Quero que você [Ramos] venha trabalhar comigo'. O diálogo provocou risadas entre os políticos presentes.

A proposta do governo

Reforma tributária: entenda diferenças entre propostas em tramitação no Congresso

A intenção do Executivo é unificar os dois **tributos** federais sobre o consumo, PIS e Cofins. Eles darão origem à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), um imposto do tipo 'valor agregado' (IVA).

A alíquota do IVA federal deve ficar entre 11% e 12%, segundo as simulações do Ministério da **Economia**. Essa unificação não requer mudanças na Constituição Federal e, por isso, tem uma tramitação mais fácil no Congresso.

Para não esbarrar na Constituição Federal, o IVA a ser proposto terá de ficar restrito à arrecadação federal, sem mexer no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e no Imposto sobre Serviços (ISS, municipal).

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA



# Governo propõe trocar PIS/Cofins por novo imposto de 12% sobre consumo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Romário Nicácio

A primeira parte da proposta da reforma tributária do governo federal, entregue nesta terça-feira (21) pelo ministro Paulo Guedes ao Congresso Nacional, prevê a unificação de dois impostos federais, o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Os dois **tributos** serão extintos para dar lugar à Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota única de 12%.

De acordo com o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, essa proposta elimina cinco **tributos** diferentes:

PIS/Pasep sobre a folha de pagamentos, sobre a importação, sobre a receita e a Cofins sobre a importação e sobre a receita. Além disso, mais de uma centena de regimes tributários para diferentes setores da **economia** serão extintos.

'Essas contribuições, que hoje são fonte de extrema complexidade, de grande litígio, serão então extintas e substituídas por esse novo tributo, essa contribuição, permitindo uma revisão completa dessa incidência, eliminando as enormes diferenciações que existem para vários setores e produtos, composta por mais de um centena de regimes especiais que hoje vigoram nas duas contribuições do PIS e da Cofins', afirmou o secretário.

Segundo Tostes, empresas no país gastam mais de 1,5 mil horas por ano para declarar impostos, quase três vezes mais do que a média de países da América Latina (cerca de 600 horas anuais) e muito superior à de países desenvolvidos, que gastam, em média, 400 horas por ano com o preenchimento de declarações e pagamentos de **tributos**.

'Quero destacar a enorme simplificação decorrente destas substituições de cinco contribuições por uma só. Isso aí vai trazer ganhos enormes de facilidade, no preenchimento das declarações, das informações, na apuração do tributo e no pagamento', acrescentou. Segundo o governo, o CBS permitirá reduzir o número de campos na nota fiscal de 52 para 9 e eliminar 70% das obrigações acessórias.

Pela proposta encaminhada, o CBS vai incidir apenas sobre a receita bruta do faturamento empresarial, e não pelo cálculo da receita total, como ocorre atualmente com o PIS e a Cofins.

A ideia é dar mais segurança jurídica à cobrança de impostos, que atualmente gera disputas judiciais que representam 51% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços do país) e um tempo médio de execução fiscal na Justiça que ultrapassa os oito anos. Atualmente, o sistema abre margem para diferentes interpretações sobre quais receitas constituem o total.

O texto enviado pelo governo trata apenas dos **tributos** federais. Segundo o ministro Paulo Guedes, essa proposta vai complementar às propostas que já tramitam na Câmara e no Senado, que tratam de mudanças também no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), de responsabilidade dos municípios.

Além da unificação da PIS-Cofins no CBS, o governo federal anunciou estar finalizando outras três propostas relacionadas à reforma tributária. Elas devem ser apresentadas em cerca de 30 dias. Uma dessas medidas será a reestruturação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para transformá-lo em um 'imposto seletivo', que incidiria apenas sobre determinado conjunto de bens, especialmente aqueles que tem externalidades (consequências) negativas à sociedade, como bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos à base de açúcar.

Outro ponto adicional da reforma será uma mudança no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), com a redução da carga tributária sobre as empresas em troca da tributação dos dividendos (parcela dos lucros distribuída por uma empresa aos acionistas). Segundo Tostes, a tributação de dividendos nas empresas ajuda a diminuir a chamada pejetização, transformação de pessoas físicas em pessoas jurídicas como forma de burlar a

legislação tributária e reduzir custos, uma distorção do atual modelo.

A última proposta pretende acabar com a contribuição patronal sobre a folha de salários, uma forma de reduzir o custo da contratação de trabalhadores com carteira assinada.

Tostes destacou que a reforma tributária tem como princípio a manter o atual patamar de arrecadação do governo federal com impostos sobre o consumo. 'Independentemente das várias alterações e propostas que serão implementadas, [vamos] manter no global o mesmo nível carga tributária atual', disse o secretário especial da Receita.

A proposta que cria o CBS não mexe com o regime tributário do Simples Nacional, que continuará funcionando nos moldes atuais. No entanto, as empresas que adquirirem bens e serviços do optante do Simples poderá acumular crédito para o novo imposto, para compensá-lo nas transações dentro da cadeia produtiva. Em todo o país, cerca de 1,9 milhão de micro e pequenas empresas integram o Simples.

Também será mantido, segundo o projeto do governo, o atual regime agrícola para dar condições iguais de concorrência para pequenos agricultores. Isso porque apenas empresas, não produtores rurais individuais, podem apurar e transferir créditos da CBS. Cobrado para produtos como gasolina, diesel, GLP, gás natural, querosene de aviação, biodiesel, álcool e cigarros, o regime monofásico (onde o tributo incide por unidade de medida) também não será alterado.

Está prevista a isenção de CBS para a venda de imóveis residenciais para pessoas físicas, nos moldes do que ocorre hoje com o PIS/Cofins. Prevista pela Constituição, a Zona



Franca de Manaus ficou fora da proposta. Foram mantidas as isenções para as operações entre cooperativas e seus associados e para as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte público coletivo.

Ainda segundo a proposta, 'por não gerarem ou se apropriarem de crédito', entidades financeiras, como bancos planos de saúde e seguradoras, manterão a forma de apuração antiga com alíquota de 5,9%, em vez dos 12% propostos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

# Supermercados demandam energia contínua



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

Supermercados estão entre as chamadas atividades essenciais, o que ficou ainda mais evidente no período de isolamento social ocasionado pela pandemia de Covid-19.

Enquanto a crise atingiu diferentes áreas, em maio, o segmento apresentou crescimento de 11,93% e alta de 5,63% em relação ao mesmo período de 2019.

Os dados deflacionados pelo IPCA/IBGE foram divulgados em junho pelo Departamento de **Economia** e Pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Ainda no ano passado, o setor supermercadista registrou faturamento de R\$ 378,3 bilhões e 2,5% de crescimento real comparados a 2018, representando 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Um insumo primordial para garantir o pleno funcionamento desses estabelecimentos comerciais e tantos resultados positivos é a energia elétrica.

Manter o abastecimento contínuo é tão importante, que muitas empresas do ramo buscam fontes alternativas como aliadas para não ficarem sujeitas às intercorrências da dependência exclusiva das concessionárias.

## Riscos da queda de energia

Os sistemas de refrigeração e iluminação, bem como os equipamentos utilizados para atendimento nos caixas e balcões dos supermercados exigem bastante energia elétrica.

Quando a rede convencional de distribuição apresenta falhas ou interrupções, as instalações ficam no escuro, os equipamentos saem do ar, o monitoramento por câmeras e o sistema de segurança podem ser afetados.

Além dos reflexos imediatos na operação, os administradores dos supermercados se preocupam com a redução da vida útil e da qualidade dos produtos que dependem de refrigeração e condicionamento adequados.

Em um cenário de falta de energia, os inconvenientes seriam diversos: luzes apagadas, incapacidade de pagamento, sistema de segurança inoperante e clientes indo embora

para o concorrente mais próximo.

O prejuízo pode ficar maior se confirmada a perda de produtos perecíveis, seja os que estão à venda em freezers ou armazenados em câmaras frias dos estoques, por exemplo.

#### Vantagens da locação de geradores

A utilização de gerador de energia como backup é muito comum em grandes varejos e atacados. A fim de garantir a estabilidade no sistema de energia, muitos comerciantes que buscam alternativas para diminuir os prejuízos, encontram no gerador de energia a melhor opção.

Recorrer à locação de gerador de energia nesse perfil de negócio é poder contar com energia temporária eficaz, já que a locação é uma solução voltada para a segurança energética com benefícios econômicos e administrativos.

E uma fonte alternativa de energia ainda traz a possibilidade de diminuição de gastos com a conta de luz. Especialmente nos horários de pico, entre 17h e 22h, quando há mais pessoas demandando o sistema nacional de forma simultânea, ocasionando aumento rápido da demanda.

Neste momento, a eletricidade pode custar até mesmo dez vezes mais do que em outros períodos do dia. Os supermercados podem se beneficiar utilizando geradores no horário de alta demanda e, posteriormente, restabelecer o abastecimento pela rede convencional de energia.

Uma vantagem importante ao locar esse tipo de equipamento é que a responsabilidade técnica é da empresa locadora, que deve fornecer todo o apoio para que não haja

impacto na produtividade da contratante.

O cliente conta com atendimento de equipe especializada por 24h e em todos os dias da semana. Manutenção, acompanhamento periódico de desempenho e revisões fazem parte dos pacotes que costumam ser oferecidos no **mercado**.

Em caso de falhas, o equipamento é substituído imediatamente e sem custo extra ao cliente. Os contratos incluem ainda cobertura contra acidentes, incêndios, roubo e furto do equipamento.

O aluguel de geradores de energia pode ser encarado como um investimento seguro. Há equipamentos que atendem a comércios de grande, médio e pequeno portes. Como existem diversos modelos e tipos de combustível disponíveis, deve-se avaliar quais os mais adequados a cada demanda.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Tensão entre EUA e China e agenda fraca provocam instabilidade do Ibovespa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A tensão entre Estados Unidos e China deixar o investidor da Bolsa brasileira um pouco na defensiva, entrando como uma das principais justificativas para a realização de lucros, já que ontem esse processo foi moderado. O Ibovespa fechou em baixa de 0,11%, aos 104.309,74 pontos.

Em contrapartida, expectativa relacionada a resultados trimestrais de empresas de tecnologia (Microsoft e Tesla) nos EUA no fim do dia dá certo alívio. As bolsas norte-americanas têm ligeira alta esta manhã, ajudando o principal índice à vista da B3 também a subir, após idas e vindas mais cedo. Contudo, a valorização era de apenas 0,44%, às

10h49, aos 104.829,84 pontos

O clima desfavorável entre as duas potenciais mundiais contamina moderadamente a maioria dos mercados acionários. O governo dos EUA confirmou que exigiu o fechamento do consulado chinês em Houston (Texas), com o argumento de que a decisão tem o objetivo de "proteger propriedade intelectual americana e informações privadas de americanos". Já a China estaria considerando ordenar o fechamento do consulado dos EUA na cidade de Wuhan.

Além dessa cautela, a ausência de divulgação de indicadores considerados importantes pelo **mercado** deve deixar o Ibovespa instável, nos moldes de ontem. "Em semana de agenda ruim dá nisso volatilidade, não tem jeito. O **mercado** fica sem referencial, fica indo e vindo", diz o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira

Outra fonte de baixa pode vir das commodities, com destaque para o declínio em torno de 1,50% nas cotações do petróleo no **mercado** internacional, o que serve de argumento para empurrar as ações da Petrobras para o negativo.

Além disso, o investidor avalia a queda de 3,7% na produção da estatal no segundo trimestre, informada ontem pela empresa. No entanto, houve aumento no semestre e a companhia ainda manteve a meta para este ano de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente (petróleo e gás), apesar da pandemia de coronavírus, que afetou sua produção.

A despeito do recuo no período de abril a junho, por conta dos efeitos da covid-19, a Petrobras avalia que mesmo nesse contexto "desafiador", apresentou "um sólido desempenho operacional no período, tendo reagido rapidamente aos desafios impostos pela pandemia e a recessão global."

O resultado da votação da PEC do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal mecanismo de financiamento da educação básica no País, que ficou pior que o esperado, representando uma derrota para o governo deve se acompanhado pelo **mercado**. Contudo, Vieira, não acredita que vá ter força para definir os negócios. "O Fundeb já estava no acordo e, quanto à reforma tributária, independentemente de quantas propostas forem apresentadas, o debate será forte, não será fácil", avalia.

O Fundeb teve 492 votos a favor e os seis votos contra. Com as mudanças na PEC, mais 17 milhões de alunos serão beneficiados e o governo federal passa a responder por 23% do total dos recursos (ante o desejo de 15% do governo), que vão aumentar gradativamente durante seis anos. O texto segue agora para o Senado, que avalia pautar a PEC ainda nesta semana ou na próxima

Já a primeira parte da proposta da reforma tributária foi entregue ontem e limitou-se à unificação dos dois impostos federais, PIS e Cofins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. Deve ficar no radar as ações do setor financeiro, já que a reforma prevê imposto menor para bancos.

Em tempo: investidores da Vale acompanham

audiência sobre se a tragédia de Mariana (MG) no Reino Unido.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# No melhor momento para comprar, Balcão de Negócios do Sinduscon/RN tem imóveis com condições muito atrativas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quem deseja sair do aluguel ou se mudar para um imóvel maior e mais confortável, muitas vezes, espera só uma oportunidade vantajosa e segura para realizar esse sonho. E por incrível

que pareça, esse é o melhor momento para fazer isso. O motivo está na queda histórica da taxa Selic, que atualmente é de 2,25% ao ano, e traz impactos diretos nos valores de financiamentos. Essa e outras facilidades podem ser encontradas no Balcão de Negócios do Sinduscon/RN, que está funcionando no supermercado Nordestão, no bairro do Tirol, em Natal, com todas as medidas de segurança e higiene necessárias.

O Balcão de Negócios é uma reunião de cinco construtoras e onze empreendimentos em torno de uma ação de comercialização da imobiliária Caio Fernandes. Participam da iniciativa a Constel Empreendimentos, Construtora Monte Neto, Ramalho Moreira Construtora, Cima Engenharia e Fourtech. Essas construtoras possuem empreendimentos nos bairros do Tirol, Petrópolis e Lagoa Nova, na capital, além de imóveis em Pirangi (Parnamirim) e São Miguel do Gostoso.

No Balcão, é possível encontrar imóveis que variam entre R\$ 230 mil a R\$ 900 mil. Há pouco tempo, um imóvel de R\$ 500 mil podia ser financiado com parcelas de R\$ 4 mil. Hoje, as parcelas podem sair por até R\$ 2,7 mil. O motivo é a queda na taxa Selic, que chegou ao menor patamar no mês passado. Essa é a taxa básica de **juros** da **economia** nacional, que funciona como um índice, fornecendo referência para os **juros** praticados em todos os produtos de crédito no **mercado**. Quanto menor essa taxa, menor os **juros** e os custos de um financiamento.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-

**RN - ECONOMIA**



# Coronavírus causará queda de 13,9% nas exportações, estima a AEB



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A revisão da balança comercial para 2020, divulgada hoje (22) pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), no Rio de Janeiro, prevê exportações de US\$ 192,721 bilhões, queda de 13,9% em relação aos US\$ 223,989 bi em 2019; e importações de US\$ 145,255 bilhões, recuo de 18,1% em relação aos US\$ 177,344 bi do ano passado.

Para o superávit, estimado em US\$ 47,466 bilhões em 2020, haverá aumento de 1,7% em comparação com os US\$ 46,674 bilhões de 2019. Os números já refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, disse à Agência Brasil o presidente da AEB, José Augusto de Castro.

A previsão anterior da entidade, divulgada em 18 de dezembro do ano passado, apontava para exportações de US\$ 217,341 bi, importações de US\$ 191,211 bi e superávit de US\$ 26,130 bilhões.

'Dezembro era completamente diferente, não tinha pandemia. As exportações cresceriam porque o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil, também cresceria, mas agora isso não vai mais acontecer. Então, o dado de dezembro não tem nada a ver com a realidade', afirmou Castro.

Segundo a revisão feita pela AEB, o superávit projetado evoluiu em relação à previsão anterior porque, com a queda do PIB no **mercado** interno, as exportações terão uma queda muito forte. Isso faz com que cresça o superávit, não pelo aumento nas exportações, mas pela retração nas importações.

O estudo da AEB salienta que o superávit comercial projetado para o Brasil em 2020 será triplamente negativo, pois será obtido com queda das exportações de 13,9%, das importações de 18,1%, e de 15,4% na corrente de comércio, com geração de redução da atividade econômica.

Os dados projetados para 2020 sinalizam que o Brasil deverá ocupar a 30ª posição no ranking mundial de exportação e 31ª de importação, com a participação nas exportações globais caindo para perto de 1%.

Manufaturados

O presidente da AEB explicou, ainda, que a queda de 13,9% nas exportações se deve, principalmente, à redução de 27,3% dos



produtos manufaturados, responsáveis pela geração de empregos qualificados no país. Na América do Sul, nosso principal cliente de manufaturados, em especial automóveis, que é a Argentina, está passando por uma grande crise. 'É um cenário em 2020, sob todos os aspectos, negativo', disse Castro.

Dos principais itens brasileiros de exportação, dez são commodities (produtos agrícolas e minerais comercializados no **mercado** internacional). 'Não tem nenhum produto manufaturado', observou. Pelo sexto ano consecutivo, a soja será o principal produto de exportação do Brasil em 2020, seguida do minério de ferro e do petróleo.

Na lista de manufaturados exportáveis, os principais produtos são automóveis e aviões, cujas quedas previstas para este ano pela AEB atingem 36,7% e 66,5%, respectivamente. 'Em manufaturados, nós não temos nada para destacar de positivo', sintetizou.

Excetuando o ano de 2018, o estudo da AEB revela que as exportações nacionais de manufaturados se mantêm em patamar inferior a US\$ 80 bilhões desde 2014, com o valor projetado para 2020 de US\$ 56,295 bilhões, perto das exportações registradas em 2004.

#### Brasil e China

O presidente da AEB torce para que 2020 passe rápido e 2021 comece logo, de preferência com alguma mudança estrutural, como a reforma tributária.

Ele analisou que, em princípio, o projeto de reforma tributária apresentado ao Congresso pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, atende ao setor porque a exportação não será tributada. Na opinião do presidente da AEB, a redução de custos é positiva porque contribui

para aumentar as exportações de manufaturados.

No atual cenário, a China continua - 'mais do que nunca' - como o principal cliente do Brasil, por conta das commodities, totalizando participação de 35%. 'É uma concentração muito grande em um único país', comentou Castro.

Para ele, é preciso reduzir o chamado custo Brasil para tornar a China cliente de produtos manufaturados brasileiros e não apenas de commodities. O grupo de países da União Europeia pode se tornar também um cliente dos manufaturados produzidos no Brasil, finalizou.

Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Confira pagamentos e tributos adiados ou suspensos durante a pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Terminar o mês escolhendo quais boletos pagar. Essa virou a rotina de milhões de brasileiros que passaram a ganhar menos ou perderam a fonte de renda por causa da pandemia do novo coronavírus. Para reduzir o prejuízo, o governo adiou e até suspendeu diversos pagamentos esse período. Tributos e obrigações, como o recolhimento das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), foram parcelados para depois.

Em alguns casos, também é possível renegociar. Graças a resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), os principais bancos estão negociando a prorrogação de dívidas. Os

agricultores e pecuaristas também poderão pedir o adiamento de parcelas do crédito rural.

Além do governo federal, diversos estados estão tomando ações para adiar o pagamento de **tributos** locais e proibir o corte de água, luz e gás de consumidores inadimplentes. No entanto, consumidores de baixa renda estão isentos de contas de luz por 150 dias em todo o país.

Em alguns casos, a Justiça tentou agir. No início de abril, liminares da 12ª Vara Cível Federal em São Paulo proibiram o corte de serviços de telefonia de clientes com contas em atraso, mas a decisão foi revertida dias depois.

Alguns acordos já expiraram, como o acerto entre Agência Nacional de Saúde (ANS) e algumas operadoras para que os planos não interrompessem o atendimento a pacientes inadimplentes até o fim de junho. Outras medidas foram renovadas, como a proibição de cortes de luz, prorrogada até o fim de julho pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

## Pagamentos adiados

Os adiantamentos não valem apenas para os consumidores. O Congresso aprovou uma lei que suspende o pagamento da dívida dos estados com a União de março a dezembro e autoriza os governos locais a renegociarem débitos com bancos públicos e organismos internacionais.

Confira as principais medidas temporárias para aliviar o bolso em tempos de crise:

## Empresas

? Adiamento do pagamento da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e dos Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Os pagamentos de abril serão quitados em agosto. Os pagamentos de maio, em outubro. A medida antecipará R\$ 80 bilhões para o fluxo de caixa das empresas.

? Adiamento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) do 15º dia útil de abril, maio e junho para o 15º dia útil de julho.

? Parcelamento, em até 12 vezes, de multas administrativas aplicadas a fornecedores do governo federal.

? Antecipação de crédito para empresas fornecedoras da União, de estados e de municípios, com uso de contratos administrativos como garantia.

? Prorrogação, até 13 de agosto, da validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa (CPEND). Prorrogadas por 90 dias no fim de março, certidões tiveram prazo estendido pela segunda vez por causa da pandemia.

## Micro e pequenas empresas

? Adiamento, por seis meses, da parte federal do Simples Nacional. Os pagamentos de abril, maio e junho passaram para outubro,

novembro e dezembro.

? Adiamento, por três meses, da parte estadual e municipal do Simples Nacional. Os pagamentos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, pertencente aos estados) do Imposto sobre Serviços (ISS, dos municípios) de abril, maio e junho passaram para julho, agosto e setembro.

? Adiamento dos parcelamentos das micro e pequenas empresas devedoras do Simples Nacional. As parcelas de maio passaram para agosto, as de junho para outubro, e as de julho para dezembro.

## Microempreendedores individuais (MEI)

? Adiamento das parcelas por seis meses. Os pagamentos de abril, maio e junho passaram para outubro, novembro e dezembro. A medida vale tanto para a parte federal como para parte estadual e municipal (ICMS e ISS) do programa.

? Adiamento dos parcelamentos das micro e pequenas empresas devedoras do Simples Nacional. As parcelas de maio passaram para agosto, as de junho para outubro, e as de julho para dezembro.

## Pessoas físicas

? O cronograma de restituições do Imposto de Renda, de maio a setembro, está mantido. Prazo da declaração, que acabaria em 30 de abril, foi adiado por dois meses e acabou no fim de junho.

## Empresas e pessoas físicas

? Suspensão, por 180 dias, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para empréstimos. Imposto deixará de ser cobrado de abril a outubro, injetando R\$ 14 bilhões na **economia**. Medida acabaria no fim de junho, mas foi prorrogada por 90 dias.

? Suspensão, até 31 de julho, de procedimentos de cobrança e de intimação pela Receita Federal. Medida acabaria no fim de junho, mas foi estendida em um mês.

? Prorrogação das parcelas de renegociações com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que venceriam em maio, junho e julho. Vencimento foi estendido para agosto, outubro e dezembro, respectivamente.

#### Empresas e empregadores domésticos

? Suspensão das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por três meses, inclusive para empregadores domésticos. Valores de abril a junho serão pagos de julho a dezembro, em seis parcelas, sem multas ou encargos.

#### Compra de materiais médicos

? Redução a zero das alíquotas de importação para produtos de uso médico-hospitalar

? Desoneração temporária de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens necessários ao combate à covid-19

#### Contas de luz

? Proibição de cortes de energia de consumidores inadimplentes até 31 de julho.

Medida acabaria no fim de junho, mas foi estendida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para famílias de baixa renda, proibição foi prorrogada até 31 de dezembro.

? Consumidores de baixa renda, que gastam até 220 quilowatts-hora (kWh) por mês, estarão isentos de pagarem a conta de energia até o fim de agosto. Medida acabaria no fim de junho, mas foi prorrogada por 60 dias. O valor que as distribuidoras deixarão de receber será coberto com R\$ 1,5 bilhão de subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

#### Contas de telefone

? Apesar de liminar da Justiça Federal em São Paulo ter proibido o corte de serviço de clientes com contas em atraso, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) recorreu e conseguiu reverter a decisão. Os clientes de telefonia continuarão a ter a linha cortada caso deixem de pagar as contas. Segundo o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador Mairan Maia, as operadoras precisam de recursos para manterem a infraestrutura e financiarem a crescente demanda por serviços de telecomunicação durante a pandemia', afirmou, no texto.

#### Dívidas em bancos

? Autorizados por uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), os cinco principais bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander - abriram renegociações para prorrogarem vencimentos de dívidas por até 60 dias.

? Renegociação não vale para cheque especial e cartão de crédito.

? Clientes precisam estar atentos para **juros** e multas. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), é preciso verificar se o banco está propondo uma pausa no contrato, sem cobrança de **juros** durante a suspensão, ter cuidado com o acúmulo de parcelas vencidas e a vencer e perguntar se haverá impacto na pontuação de crédito do cliente.

#### Financiamentos imobiliários da Caixa

? Caixa Econômica Federal ampliou, de 90 para 120 dias, a pausa nos contratos de financiamento habitacional para clientes adimplentes ou com até duas parcelas em atraso, incluindo os contratos em obra. Quem tinha pedido três meses de prorrogação terá a medida ampliada automaticamente para quatro meses.

? Clientes que usam o FGTS para pagar parte das parcelas do financiamento poderão pedir a suspensão do pagamento da parte da prestação não coberta pelo fundo por 120 dias.

? Clientes adimplentes ou com até duas prestações em atraso podem pedir a redução do valor da parcela por 120 dias.

? Carência de 180 dias para contratos de financiamento de imóveis novos.

#### Crédito consignado

? Trabalhadores da iniciativa privada com suspensão de contrato, redução temporária de **salário** ou com contaminação por covid-19

poderão pedir carência (suspensão do desconto em folha) do consignado por até 90 dias.

? Servidores públicos com contaminação comprovada por covid-19 poderão pedir carência de 90 dias.

#### Fies

? Congresso aprovou suspensão de pagamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até o fim do ano. Primeira versão da lei sobre o tema, sancionada em maio, isentava os financiamentos apenas durante a pandemia.

#### Produtores rurais

? CMN autorizou a renegociação e a prorrogação de pagamento de crédito rural para produtores afetados por secas e pela pandemia de coronavírus. Bancos podem adiar, para 15 de agosto, o vencimento das parcelas de crédito rural, de custeio e investimento, vencidas desde 1º de janeiro ou a vencer.

#### Financiamentos do BNDES

? BNDES autorizou suspensão de pagamento de parcelas de financiamentos com a instituição por até seis meses, beneficiando cerca de 28,5 mil empresas que deixarão de pagar R\$ 12 bilhões.

#### Inscritos na Dívida Ativa da União

? Devedores impactados pela pandemia podem pedir parcelamento especial de dívidas com a União. Adesão vai até 31 de dezembro.

? Suspensão, até 31 de julho, de procedimentos de cobrança e de intimação pela PGFN. Medida acabaria no fim de junho, mas foi estendida em um mês.

Estados devedores da União

? Congresso aprovou suspensão dos débitos dos estados com o governo federal e com bancos públicos de março a dezembro. A medida injetará R\$ 35 bilhões nos cofres estaduais para enfrentarem a pandemia.

? A nova lei também autoriza a renegociação de débitos dos estados e dos municípios com bancos públicos e organismos internacionais, deixando de pagar R\$ 24 bilhões.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# MME: 10 milhões de famílias não precisam pagar conta de luz



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez hoje (22) um balanço as ações da pasta, no sentido de dar suporte a famílias de baixa renda durante a pandemia. Segundo ele, 10 milhões de unidades consumidoras com esse perfil são beneficiadas com a gratuidade na conta de luz, desde que o consumo não seja superior a 220 quilowatts por hora (kw/h).

O ministro destacou também que, durante a pandemia, a capacidade de geração de energia teve uma expansão de 3 gigawatts, ao mesmo tempo que a inadimplência caiu de 10% para

2%. 'Além disso saímos de uma queda na carga, que estava em 20% no início da pandemia [em parte pela diminuição do consumo no setor industrial] para 2%', acrescentou durante coletiva de imprensa online, convocada para falar dos 60 anos do ministério.

## Exportações

Albuquerque acrescentou que o setor de minas e energia ocupou, no período entre janeiro e junho, o segundo lugar no ranking de exportações, com 10,2% do total exportado, o que equivale a US\$ 10 bilhões. 'O minério de ferro teve bastante importância na nossa balança comercial, representando 44% das exportações da indústria extrativa', acrescentou.

Falando especificamente sobre o setor de petróleo e gás, Albuquerque disse que, no ano passado, os leilões 'propiciaram que 50% dos bônus realizados no mundo fossem feitos no Brasil'.

'A Petrobras continuará com seu programa de desinvestimento, apesar de termos suspenso alguns leilões por conta dos imprevistos deste ano. No que diz respeito a energia, faremos apenas o leilão de transmissão do final de ano. E provavelmente em agosto anunciaremos novos leilões para os próximos anos', disse o ministro referindo-se, também, a leilões de termelétricas.

Segundo ele, esses leilões complementarão as medidas estruturantes pretendidas pelo governo. Ele, no entanto, não quis dar mais



detalhes sobre quais seriam essas medidas. 'Entendemos que já há um consenso em relação a diversas medidas que dizem respeito à modernização do setor, o que é fundamental para dar segurança aos investidores e para prestar melhores serviços aos consumidores. Mas não quero adiantar quais serão as medidas porque elas ainda estão sendo construídas e consensualizadas com o Congresso, com órgãos vinculados ao MME e com agentes do **mercado**', disse o ministro.

#### Petrobras

Abulquerque voltou a negar que o governo tenha a intenção de privatizar a Petrobras. 'Não há nenhum movimento ou estudo do governo federal em relação à privatização da Petrobras, que é uma empresa que orgulha os brasileiros e que tem papel importante na **economia**, produção e na balança comercial', disse

'O desinvestimento feito ano passado na Petrobras resultou em recursos da da ordem de US\$ 16 bilhões, possibilitando que a empresa investisse US\$ 27 bilhões naquilo que é sua expertise, que é exploração de petróleo e gás em águas profundas', argumentou.

Segundo o ministro, esse desinvestimento vai ao encontro do que é defendido pelo Conselho Nacional de Política Energética, que é a busca por novos agentes e empresas de pequeno e médio porte para atuar no setor.

'Isso tem sido exitoso. Houve aumento da produção nas áreas e campos que foram desinvestidos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o aumento foi da ordem de 30% na produção, comparando com 2019. Isso tem trazido benefícios à atividade socioeconômica

de nosso país', acrescentou.

#### Eletrobras

Albuquerque voltou a citar, como prioridade do governo, a capitalização da Eletrobras. 'É prioridade desde 2019, quando assumimos o governo. No período de transição já trabalhávamos nesse processo. A aprovação, pelo Congresso Nacional, é fundamental para que capitalizemos a empresa, dando maior competitividade ao setor', disse.

'Mas volto a dizer: o Congresso Nacional é soberano na avaliação que faz em relação aos projetos em tramitação', ponderou.

#### Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**



# Ipea divulga propostas para acelerar desenvolvimento após pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou hoje (22) o documento Brasil Pós Covid-19, com um conjunto de propostas de curto e médio prazos para acelerar o desenvolvimento sustentável do Brasil pós-pandemia, em uma trajetória de crescimento e desenvolvimento.

O trabalho teve a participação de pesquisadores de todas as áreas da instituição e as propostas se dividem em quatro direções: atividade produtiva e reconstrução das cadeias de produção, inserção internacional, investimento em infraestrutura, além de proteção econômica e social de populações vulneráveis.

"O Ipea está cumprindo o seu papel, que é o de oxigenar o debate e apresentar soluções. O Ipea não executa nada. O papel é propor e responder às perguntas dos setores", disse o diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Ipea, André Rauen, em entrevista à Agência Brasil.

Entre as sugestões na área de infraestrutura, o Ipea propõe que o governo federal faça um programa emergencial de manutenção de rodovias federais, especialmente nas que passam por cidades que sofreram mais com o desemprego, um dos efeitos da pandemia. Para André Rauen, essa é uma forma mais rápida de dar maiores condições à população local. "A gente está usando a manutenção de infraestrutura para gerar emprego e renda", disse.

Ainda nessa área, o documento propõe a criação de uma câmara para receber as diferentes demandas das concessionárias do setor. De acordo com o pesquisador, o equilíbrio financeiro dessas empresas foi afetado negativamente. "Elas já estão negociando com o governo e o Ipea propõe a criação de uma porta de entrada única para receber as demandas e dar um tratamento mais homogêneo a essas inúmeras solicitações que já estão chegando.

"Acho que precisa ter a participação de mais de um ministério, porque teve impacto socioeconômico. A ideia é que seja realizado entre ministérios, mas a operacionalização depende de como isso pode ser trabalhado no governo federal e se os ministérios vão aceitar",

completou.

O saneamento também faz parte das propostas. A intenção é aproveitar a aprovação do marco do setor para criar um vigoroso programa focado em áreas irregulares. "Levar água e esgoto para áreas irregulares, que são as comunidades de favelas, invasões, porque esses grandes contingentes populacionais são aglomerados e têm um potencial, como vimos agora na pandemia, de difundir doença se a gente não leva saneamento básico", afirmou.

Outra proposta é o incentivo para a construção ferroviária privada no sistema de autorização. Segundo Rauen, essa medida teria impacto imediato na geração de emprego e renda. "Uma vez permitido, por exemplo, que grandes mineradoras e grandes produtores de commodities possam construir suas próprias ferrovias, eles iam partir para a contratação de pessoal de mão de obra mais básica, ou seja, isso seria um impacto direto da concessão privada importante para este momento", lembrou.

O diretor do Ipea informou que as propostas foram elaboradas considerando o cenário de restrição fiscal do governo federal, mas acrescentou que uma das maneiras de conseguir o dinheiro é rever políticas que não funcionam. "Na área social será necessário dinheiro público, mas de maneira geral o que a gente quer é conseguir recursos por meio da reorientação de políticas já existentes", observou.

Na área de transporte público, o pesquisador disse considerar que a mobilidade urbana é um tema super complexo, que não se consegue resolver da noite para o dia e exige debate

intenso com uma quantidade enorme de atores com diferentes interesses. "A saída que a gente dá é o foco na redução desses problemas com um debate baseado nas evidências, porque não é trivial, mas é um problema complexo, que tem inclusive impactos sanitários, e um calcanhar de Aquiles por causa da aglomeração", disse.

No texto de apresentação do documento, o presidente do Ipea, Carlos von Doellinger destacou que em poucos meses, desde que começou a pandemia, o país passou de um cenário razoavelmente promissor para o contexto atual, em que previsões indicam a possibilidade de retração da **economia** em até 6%. "Evidentemente há grande incerteza sobre a magnitude exata da queda da atividade econômica, mas não há dúvida de que ela foi considerável".

O setor mais atingido foi o de serviços, que representa 70% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Na sequência veio o setor industrial, principalmente a indústria de transformação, mas em contraponto o setor agropecuário, por suas características próprias, ainda conseguiu manter crescimento positivo, apesar de em nível menor que as previsões do começo do ano.

#### Propostas

O presidente do Ipea afirmou que a complexidade do contexto atual indica que o país está vivendo um momento crítico e, por isso, propostas de políticas públicas e evidências robustas e objetivas são insumos críticos para ações governamentais de curto, médio e longo prazos. "Nossa intenção é prover subsídios para que o governo possa

planejar a recuperação da atividade econômica, com vistas à melhoria das condições de emprego, de renda e das condições de vida das populações mais vulneráveis, assim como oferecer possibilidades concretas de proteção social e de políticas públicas de fomento setorial e regional, e úteis à sobrevivência das empresas, em especial daquelas mais vulneráveis em razão do porte e do setor de atuação".

Na visão de Carlos von Doellinger, embora haja projeção de queda de 6% no PIB em 2020, percentual menor do que a média do **mercado**, a partir do segundo semestre do ano há previsão de recuperação da **economia**, com alta entre 3,6% e 4,7% no período, o que também está acima do **mercado** nos dois patamares. Para 2021, a expectativa é de um crescimento de 3,6% do PIB, em função da baixa base de comparação do ano anterior.

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Júnior, destacou que diante do panorama atual dos impactos da pandemia na **economia** brasileira, o equilíbrio fiscal é pré-requisito para transformar este cenário. "A gente tem hoje um desequilíbrio fiscal e um déficit bastante elevado, mas precisa projetar para os próximos anos porque esse ajuste vai acontecer. Só vai ser crível com base em medidas concretas nessa direção, que precisam ser implementadas nos próximos meses. Os gastos sociais são importantes neste momento, mas é preciso saber quais estão sendo hoje efetivos e os que não estão".

O documento defende que juntamente com as reformas fiscais necessárias, deveria ser executado um amplo conjunto de reformas

microeconômicas por investimentos e a reforma tributária, que ajudaria a melhorar a eficiência da **economia**. "A reforma tributária é uma questão que vem de muitos anos e quanto mais rápido ela for aprovada, melhor. Isso apressaria nossa ida na direção de uma **economia** mais eficiente e melhoraria a percepção sobre a **economia** brasileira".

#### Empréstimo

O documento propõe ainda a concessão de empréstimo favorecido, com pagamento vinculado ao faturamento futuro, e uso estratégico das compras públicas, para fomentar a atividade de micro e pequenas empresas. André Rauen disse que é preciso reconhecer que essas empresas foram muito atingidas pela crise e precisam de medidas urgentes. "Estamos propondo empréstimos para todas as microempresas, que vão pagar no Imposto de Renda. Não tem **juros**, só o principal. Ou todas são apoiadas, ou não há o efeito de tração na **economia**, e precisamos desse efeito para a reativação. A gente garante que não vai ter inadimplência porque vai pagar quando declarar o Imposto de Renda".

Sobre as compras, o pesquisador afirmou que o Poder Executivo deveria criar um espaço de market place gov, como ocorrem com as empresas de vendas Amazon e Mercado Livre. "Todas as repartições podem entrar e negociar com o cliente. Para compras de valor mais baixo, tudo poderia ser feito pelo market place, para compras rotineiras de fornecimento básico", informou Rauen.

#### Setor externo

Na avaliação do Ipea, o setor externo no Brasil

foi, de certa forma, preservado das piores consequências da crise, com crescimento significativo das exportações, especialmente dos produtos do setor agropecuário. Houve forte concentração nos mercados importadores da China. Mas as importações brasileiras sofreram contração, o que beneficiou o saldo comercial.

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas chamou a atenção para o fato de que os investimentos diretos foram mantidos em nível razoável, considerando o ambiente de crise que o mundo vive. "Diria que, de fato, o setor externo está em situação bem melhor que os demais. Isso não quer dizer que deve relaxar", ressaltou.

Uma das propostas nessa área é estimular o setor produtivo com atividades que fazem do comércio exterior vetor de recuperação da **economia**. "Continuidade da agenda de integração econômica com outros países, estímulo à produtividade e à competitividade do Brasil, buscar parcerias internacionais para novos investimentos, especialmente em infraestrutura e em novas plantas produtivas do país", completou.

#### Mercado de Trabalho

As propostas do Ipea incluem ainda a criação de programas de subsídio temporário à contratação de trabalhadores e renovação de programas de redução de jornada. Além disso, sugerem a prorrogação dessa medida, implementada na Medida Provisória 936/2020, com reduções nas despesas do governo em benefícios emergenciais.

"A prorrogação tem um prazo e um conjunto de

ideias para aumentar a flexibilização do **mercado** de trabalho e evitar demissões. Neste momento, algumas empresas estão com insegurança muito grande de quantas horas e quantos trabalhadores elas precisam. A ideia é manter o máximo possível o emprego, evitando demissões e fazendo com que a retomada seja a mais rápida", avaliou José Ronaldo Souza Júnior, observando que ações e o auxílio emergencial do governo permitiram que a perda de empregos fosse menor desde o início da pandemia.

\*Fonte: Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Pacote de medidas da Agência de Fomento garante apoio a empreendedores do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A população do Rio Grande do Norte vive um momento de dificuldade em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), em especial, empreendedores que precisaram adequar sua realidade de funcionamento, implantar medidas de biossegurança ou mesmo fechar as portas por um longo período em razão da necessidade do isolamento social. Assim, a Agência de Fomento tem implementado uma série de medidas para dar uma contribuição direta em aspectos sociais, econômicos e até mesmo de promoção da saúde.

Iniciativas tomadas desde o primeiro decreto governamental, ainda no mês de março, e que vão desde a suspensão de cobrança de

parcelas por um período de 90 dias, ampliação de carências, criação de novas linhas de crédito, novos limites de financiamento, ampliação de setores atendidos, novas opções de garantia e divulgação maciça de medidas por meio de redes sociais, veículos de comunicação, videoconferências segmentadas, transmissões ao vivo, dentre outras.

A partir das ações sinalizadas, o investimento total na **economia** do RN pode chegar até R\$ 32,4 milhões, a partir de recursos próprios da AGN-RN, assim como, da intermediação de recursos de instituições parceiras. Os recursos são direcionados ao Agronegócio, Indústria, Comércio e Serviços, entre os quais Cultura, Artesanato, Turismo, além da garantia do respaldo ao microempreendedor do RN.

Para a diretora-presidente da AGN, Márcia Maia, o corpo diretivo e funcional da instituição financeira, em articulação com o Governo do Estado, não tem medido esforços no sentido de amenizar as consequências da pandemia sobre a sociedade potiguar, atentando para os limites do capital social constituído sob S.A., nos moldes operacionais, institucional e financeiramente permitidos e a que é submetida.

"A Agência de Fomento se colocou na linha de frente no amparo ao microempreendedor e ao segmento produtivo potiguar na luta para proteger às atividades econômicas em nosso estado, às receitas das empresas e aos empregos dos cidadãos norte-riograndenses. Foram diversas iniciativas e esforços na busca de soluções e novas fontes de recursos para contribuir com a missão de fomentar e recuperar

negócios no Estado", afirmou.

Confira as principais medidas:

- Suspensão sob demanda do cliente pelo prazo de 90 dias do pagamento de parcelas de financiamentos adimplentes;

- Carência de até 90 dias para novas operações de Microcrédito nos diversos segmentos da **economia** potiguar para operações contratadas até dezembro de 2020;

- Manutenção de bonificação nos **juros** para pagamento em dia de parcelas de contratos de financiamento do Microcrédito, mesmo com solicitação de suspensão da cobrança ou benefício da carência de 90 dias;

- Implantação de atendimento por aplicativo de mensagens (Whatsapp) e ampliação do número de linhas telefônicas para atendimento ao público;

- Atendimento presencial por agendamento e para assinatura de contratos;

- Criação de nova linha para a Agricultura Familiar, dentro do Programa Microcrédito do Empreendedor. Operações de crédito de até R\$ 5 mil por produtor rural da agricultura familiar;

- Criação de linha de crédito de até R\$ 6 mil (empreendedor informal) e até R\$ 12 mil (empreendedor formalizado) para profissionais do transporte escolar e uma carência de até seis meses;

- Criação de linha de crédito de até R\$ 50 mil (via FNE) para escolas realizarem adequações

sanitárias e de biossegurança contra o Covid-19 para retomada das atividades. Carência pode chegar até 12 meses;

- Criação de linha de crédito de até R\$ 50 mil (via FNE) para academias, boxes de crossfit, estúdios de pilates e outros estabelecimentos destinados à prática de atividade física realizarem adequações sanitárias e de biossegurança contra o Covid-19, para retomada das atividades. - Carência pode chegar até 12 meses;

- Criação de linha de crédito CredJovem a partir de Cooperação técnica entre AGN e a Secretaria de Mulheres e Juventude, SEBRAE e SEDRAF para atender a juventude empreendedora;

- Operacionalização do FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo, a partir de recursos do Ministério do Turismo através de linhas de crédito para o segmento do Turismo. Recursos disponíveis na ordem de R\$ 13 milhões para serem investidos prioritariamente através de crédito para capital de giro;

- Ampliação do limite de financiamentos de até R\$ 6 mil para até R\$ 12 mil para Microempreendedores Individuais (MEI) a partir de 13 de abril de 2020;

- Ampliação do limite de financiamentos de até R\$ 3 mil para até R\$ 6 mil para profissionais informais de atividades comprovadamente ligadas ao turismo e carência de até seis meses, para operações contratadas até dezembro de 2020;

- Ampliação do limite de financiamento de até R\$ 6 mil para até R\$ 12 mil para profissionais



formalizados (Microempreendedor Individual-MEI). Operações com carência de até seis meses para contratos assinados até dezembro de 2020;

- Habilitação junto ao Sebrae para utilização do FAMPE (Fundo de Aval para micro e pequenas empresas), visando complementar a garantia exigida de empreendedores na contratação de operações de crédito; Diálogo sobre cooperação técnica entre AGN e SETHAS para atender a rede de **economia** solidária através do microcrédito;

- Ações de divulgação por meio de redes sociais, videoconferências segmentadas e realização de transmissões ao vivo para tirar dúvidas e apresentar novas ações da Agência de Fomento;

- Investimento total previsto de cerca de R\$ 32,4 milhões na **economia** do Rio Grande do Norte a partir de recursos próprios da AGN-RN, assim como, da intermediação de recursos de instituições parceiras.

\*Fonte: Agência de Fomento do RN

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

# Loja de produtos eróticos inova com coquetel virtual para marcar inauguração



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Se antes era impensável um lançamento de loja somente no ambiente virtual, a Ponto G Sex chegou para mudar essa realidade em Natal. Não muito diferente do que vem fazendo há cinco anos no **mercado** potiguar. A loja de produtos eróticos inova mais uma vez e promove, nesta quinta-feira (23), a partir das 21h, no seu canal do Youtube, o lançamento do seu novo espaço físico, localizado no Tirol, área nobre da capital.

CEO da marca, a empresária Fernanda Lima ressalta que a escolha do ambiente virtual alia a história da loja - que começou com vendas online - e se adapta ao momento atual, em função da pandemia. 'Começamos na internet e

hoje ela é uma aliada na divulgação da loja.

Com a questão do isolamento social, pensamos em uma live como forma de recordar nossas raízes de maneira moderna e democratizando o acesso ao novo espaço físico da Ponto G Sex', disse.

Após mais de cinco anos de trabalhos por e-commerce, a Ponto G Sex abre suas portas com uma live recheada de atrações pertinentes ao universo de produtos eróticos. Dança sensual, dicas inéditas e demonstração de produtos, strip-tease e um tour pela loja são algumas das atrações previstas para a transmissão pela internet, permitindo que qualquer pessoa do mundo acompanhe o lançamento da loja.

Serviço

Coquetel virtual de inauguração da loja física da Ponto G Sex

Quinta-feira (23), a partir das 21h, no canal do Youtube - Ponto G Sex

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA



# Barreiras de proteção são cada vez mais comuns no comércio no combate ao coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os estabelecimentos comerciais ao redor do mundo estão se adaptando a uma nova rotina de prevenção contra o coronavírus. Em supermercados, farmácias, lojas de conveniência e panificadoras, por exemplo, é cada vez mais comum encontrar barreiras de proteção transparentes, fazendo uma divisão entre clientes e atendentes.

Estes produtos funcionam como escudos para preservar as pessoas da propagação do vírus e por isso obtiveram um salto significativo em sua procura. Independente dos decretos impostos pelas autoridades de saúde e sendo obrigatórias ou não de acordo com a região do país, entende-se que com as barreiras o ambiente

esteja mais seguro para o atendimento ao público.

A Isoflex, especializada em Gestão Visual com sede no Paraná, aproveitando sua capacidade criativa e produtiva, desenvolveu produtos que seguem essa tendência crescente de demanda gerada pela pandemia, e entre eles estão as barreiras transparentes de proteção.

Os modelos mais comuns comercializados pela empresa são os em PETG (termoplástico similar ao PET), com espessura de 2 milímetros. Um possui pés de sustentação e um espaço vazio para possibilitar a passagem de documentos, dinheiro ou cartão. O outro é sem a abertura e tem uma moldura em alumínio. Contudo, as customizações são cada vez mais requeridas por empresas dos mais variados nichos de **mercado**.

'Além da utilização comum nos caixas, há outras inúmeras aplicações das barreiras. Indústrias estão procurando pelo produto para utilizar nos refeitórios, proporcionando uma divisão entre os frequentadores. Consultórios médicos também, como de oftalmologistas, que instalam a barreira encaixada no equipamento destinado ao teste de visão, fazendo uma divisão entre o profissional e o paciente', destaca Carolina Wolfart Hartmann, diretora de marketing da Isoflex.

Segundo Carolina, as barreiras tendem a se tornar itens cada vez mais comuns no comércio, sendo essenciais no período de reabertura gradual da **economia** e até mesmo após, visto que todos se deram conta do quanto é preciso

manter hábitos saudáveis e seguros para evitar a contaminação, não só por vírus, mas outros microorganismos.

"Quando tudo isso passar as pessoas tendem a manter alguns costumes incorporados em suas rotinas durante a pandemia. Será 'o novo normal', onde alguns produtos para proteção e distanciamento continuarão a ser utilizados, mesmo quando o risco de contaminação por covid-19 for menor, ou nulo. As barreiras de proteção são exemplos de produtos que tendem a ser duradouros, pois sua função é de reduzir a propagação não só de vírus, mas de germes e bactérias. Proprietários e funcionários de estabelecimentos expressam a sensação de alívio, assim como os clientes que, por terem essa proteção adicional, sentem-se mais seguros em frequentar o local", diz a executiva.

A Isoflex mantém em seu portfólio uma linha chamada covid-19, que foi criada no início da pandemia, e que na medida de sua evolução foi incorporando produtos de proteção. Além das recentes barreiras de proteção, a linha conta com máscaras em acetato, máscaras emborrachadas, dispensers para máscaras, identificadores de distância e demarcadores de piso, e o quadro planner para gerenciamento de atividades de trabalho. A iniciativa garantiu portas abertas e a manutenção dos 50 postos de trabalho na empresa.

'Agora, com a reabertura do comércio, a orientação das autoridades é manter uma distância de 2 metros de uma pessoa e outra, mas infelizmente sabemos que esse distanciamento não é respeitado. Por isso, estamos neste momento focando nossos esforços na oferta de produtos que colaboram na proteção de profissionais que trabalham na

linha de frente e as pessoas que frequentam estabelecimentos comerciais', conclui Hartmann.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Agência de Fomento garante apoio a empreendedores do RN; veja pacote de medidas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto:Ilustrativa

A população do Rio Grande do Norte vive um momento de dificuldade em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), em especial, empreendedores que precisaram adequar sua realidade de funcionamento, implantar medidas de biossegurança ou mesmo fechar as portas por um longo período em razão da necessidade do isolamento social. Assim, a Agência de Fomento tem implementado uma série de medidas para dar uma contribuição direta em aspectos sociais, econômicos e até mesmo de promoção da saúde.

Iniciativas tomadas desde o primeiro decreto governamental, ainda no mês de março, e que vão desde a suspensão de cobrança de parcelas por um período de 90 dias, ampliação de carências, criação de novas linhas de crédito, novos limites de financiamento, ampliação de setores atendidos, novas opções de garantia e divulgação maciça de medidas por meio de redes sociais, veículos de comunicação, videoconferências segmentadas, transmissões ao vivo, dentre outras.

A partir das ações sinalizadas, o investimento total na **economia** do RN pode chegar até R\$ 32,4 milhões, a partir de recursos próprios da AGN-RN, assim como, da intermediação de recursos de instituições parceiras. Os recursos são direcionados ao Agronegócio, Indústria, Comércio e Serviços, entre os quais Cultura, Artesanato, Turismo, além da garantia do respaldo ao microempreendedor do RN.

Para a diretora-presidente da AGN, Márcia Maia, o corpo diretivo e funcional da instituição financeira, em articulação com o Governo do Estado, não tem medido esforços no sentido de amenizar as consequências da pandemia sobre a sociedade potiguar, atentando para os limites do capital social constituído sob S.A., nos moldes operacionais, institucional e financeiramente permitidos e a que é submetida.

'A Agência de Fomento se colocou na linha de frente no amparo ao microempreendedor e ao segmento produtivo potiguar na luta para proteger às atividades econômicas em nosso estado, às receitas das empresas e aos

empregos dos cidadãos norte-riograndenses. Foram diversas iniciativas e esforços na busca de soluções e novas fontes de recursos para contribuir com a missão de fomentar e recuperar negócios no Estado', afirmou.

Confira as principais medidas:

- Suspensão sob demanda do cliente pelo prazo de 90 dias do pagamento de parcelas de financiamentos adimplentes;

- Carência de até 90 dias para novas operações de Microcrédito nos diversos segmentos da **economia** potiguar para operações contratadas até dezembro de 2020;

- Manutenção de bonificação nos **juros** para pagamento em dia de parcelas de contratos de financiamento do Microcrédito, mesmo com solicitação de suspensão da cobrança ou benefício da carência de 90 dias;

- Implantação de atendimento por aplicativo de mensagens (Whatsapp) e ampliação do número de linhas telefônicas para atendimento ao público;

- Atendimento presencial por agendamento e para assinatura de contratos;

- Criação de nova linha para a Agricultura Familiar, dentro do Programa Microcrédito do Empreendedor. Operações de crédito de até R\$ 5 mil por produtor rural da agricultura familiar;

- Criação de linha de crédito de até R\$ 6 mil (empreendedor informal) e até R\$ 12 mil (empreendedor formalizado) para profissionais do transporte escolar e uma carência de até

seis meses;

- Criação de linha de crédito de até R\$ 50 mil (via FNE) para escolas realizarem adequações sanitárias e de biossegurança contra o Covid-19 para retomada das atividades. Carência pode chegar até 12 meses;

- Criação de linha de crédito de até R\$ 50 mil (via FNE) para academias, boxes de crossfit, estúdios de pilates e outros estabelecimentos destinados à prática de atividade física realizarem adequações sanitárias e de biossegurança contra o Covid-19, para retomada das atividades. - Carência pode chegar até 12 meses;

- Criação de linha de crédito CredJovem a partir de Cooperação técnica entre AGN e a Secretaria de Mulheres e Juventude, SEBRAE e SEDRAF para atender a juventude empreendedora;

- Operacionalização do FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo, a partir de recursos do Ministério do Turismo através de linhas de crédito para o segmento do Turismo. Recursos disponíveis na ordem de R\$ 13 milhões para serem investidos prioritariamente através de crédito para capital de giro;

- Ampliação do limite de financiamentos de até R\$ 6 mil para até R\$ 12 mil para Microempreendedores Individuais (MEI) a partir de 13 de abril de 2020;

- Ampliação do limite de financiamentos de até R\$ 3 mil para até R\$ 6 mil para profissionais informais de atividades comprovadamente ligadas ao turismo e carência de até seis meses, para operações contratadas até

dezembro de 2020;

- Ampliação do limite de financiamento de até R\$ 6 mil para até R\$ 12 mil para profissionais formalizados (Microempreendedor Individual-MEI). Operações com carência de até seis meses para contratos assinados até dezembro de 2020;

- Habilitação junto ao Sebrae para utilização do FAMPE (Fundo de Aval para micro e pequenas empresas), visando complementar a garantia exigida de empreendedores na contratação de operações de crédito; Diálogo sobre cooperação técnica entre AGN e SETHAS para atender a rede de **economia** solidária através do microcrédito;

- Ações de divulgação por meio de redes sociais, videoconferências segmentadas e realização de transmissões ao vivo para tirar dúvidas e apresentar novas ações da Agência de Fomento;

- Investimento total previsto de cerca de R\$ 32,4 milhões na **economia** do Rio Grande do Norte a partir de recursos próprios da AGN-RN, assim como, da intermediação de recursos de instituições parceiras.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

# Déficit primário deverá encerrar 2020 em R\$ 787,45 bilhões; Valor consta das novas estimativas para orçamento



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Agencia Brasil/Arquivo

A aprovação de créditos extraordinários e a queda de receitas provocada pela pandemia do novo coronavírus devem elevar o déficit primário para R\$ 787,45 bilhões em 2020, informou, há pouco, o Ministério da **Economia**. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, entregue hoje (22) pela pasta ao Congresso Nacional.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo, desconsiderando os **juros** da dívida pública. No

relatório anterior, divulgado no fim de maio, a pasta previa que o rombo nas contas públicas ficaria em R\$ 540,53 bilhões.

Em relação às estimativas para a **economia**, o relatório manteve a maioria das projeções. A previsão de queda para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) continuou em 4,7%. A estimativa está mais otimista que a das instituições financeiras, que preveem contração de 5,95% no PIB, segundo a última versão do boletim Focus, pesquisa semanal divulgada pelo Banco Central.

Seundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a queda do PIB este ano não será 'tão intensa' quanto esperado no início da crise.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu de 1,8% para 1,6% neste ano. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para corrigir o **salário** mínimo, encolheu de 2,4% para 2,1%.

Por causa dos recentes cortes na taxa Selic (**juros** básicos da **economia**), o relatório atualizou a previsão de taxa média de 3,1% para 2,6% em 2020. Atualmente, a Selic está em 2,25% ao ano.

Queda da arrecadação

A deterioração do resultado primário decorre tanto da queda de arrecadação como do aumento de gastos relacionados ao



enfrentamento da pandemia. A nova versão do relatório aponta redução de R\$ 17,61 bilhões nas receitas líquidas da União. A principal causa é a queda na renda e na atividade econômica, que reduziu a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda, do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A alta do dólar e a diminuição das compras do exterior fizeram o governo cortar a estimativa de arrecadação do Imposto de Importações. A queda da massa salarial, resultante do aumento do desemprego, fez o governo reduzir a estimativa de arrecadação da Previdência Social em R\$ 1,34 bilhão.

As receitas não administradas, recursos não relacionados a **tributos**, subirão R\$ 3,2 bilhões em relação à previsão apresentada no fim de maio. A alta está relacionada à recuperação na cotação internacional do petróleo, que passou de US\$ 35,67 no fim de maio para US\$ 41,95 atualmente, permitindo elevar a estimativa de receitas de royalties em R\$ 5,3 bilhões.

O aumento nas receitas de royalties foi parcialmente compensado pela queda de R\$ 1,6 bilhão na estimativa de arrecadação de taxas, principalmente as taxas cobradas por aeroportos, que caíram em razão da queda nas viagens durante a pandemia.

#### Alta nos gastos

Quanto aos gastos, o relatório prevê aumento de R\$ 233,56 bilhões nas despesas obrigatórias e queda de R\$ 4,26 bilhões nas despesas discricionárias (não obrigatórias).

Entre os gastos obrigatórios, a maior alta corresponde aos créditos extraordinários, que somaram R\$ 235 bilhões desde o relatório anterior no fim de maio. A maior parte desses créditos (R\$ 101,6 bilhões) financiou a prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras). Foram destinados ao pacote de socorro a estados e municípios R\$ 60,1 bilhões.

#### Receitas e despesas

As receitas, descontadas as transferências constitucionais, tiveram redução de R\$ 17,6 bilhões entre este relatório e o anterior. A receita líquida deve totalizar R\$ 1,195 trilhão.

Já as despesas tiveram aumento de R\$ 229,3 bilhões, devido à ações para o enfrentamento da crise gerada pela pandemia. E devem totalizar R\$ 1,982 trilhão, neste ano.

#### Folga no teto de gastos

O secretário Waldery Rodrigues afirmou que o relatório divulgado hoje aponta folga no teto de gastos de cerca de R\$ 2,8 bilhões. Em vigor desde 2017, o teto de gastos limita o aumento das despesas federais ao aumento da inflação do ano anterior. A medida vale por 20 anos.

#### AGÊNCIA BRASIL

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

# InovAtiva Brasil vai selecionar até 160 startups para o segundo ciclo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os empreendedores digitais interessados em acelerar o negócio já podem se inscrever para o segundo ciclo do ano do InovAtiva Brasil, maior programa de aceleração de startups da América Latina que promove dois ciclos de capacitação, conexão e visibilidade para negócios inovadores de todo o Brasil. As inscrições já estão abertas e vão até o dia 3 de agosto. Serão selecionadas até 160 startups para esse ciclo. A primeira edição de 2020 já foi realizada e se encerra em 27 de julho. Podem participar da iniciativa empresas tecnológicas com faturamento inferior a R\$ 4,8 milhões no último ano contábil. As inscrições são feitas pelo site <https://www.inovativabrasil.com.br/>.

Para participar, as startups devem apresentar registro CNPJ, desenvolver produtos ou serviços inovadores e estar em estágio de operação e tração, com as primeiras vendas já realizadas, ou uma crescente base de usuários, e que estejam em busca de conexão com o **mercado** e investidores.

Cada uma das inscritas passará por duas etapas de triagem. Na primeira, serão analisadas por três avaliadores com base em quatro dimensões: Grau de Inovação, Grau de Maturidade da Empresa, Maturidade da Solução e Equipe. As startups pré-selecionadas nesta primeira fase passarão por uma entrevista individual e online, de caráter eliminatório, e a decisão final da seleção ficará a cargo do Comitê Gestor do InovAtiva Brasil.

A aceleração do InovAtiva Brasil é realizada de forma totalmente online, o que viabiliza a participação de startups de todo o Brasil, sem necessidade de deslocamento ou realocação para realização das atividades.

## Ciclo de aceleração

Por meio de mentorias, treinamentos, conexões e capacitações online, o InovAtiva Brasil tem o intuito de ajudar os empreendedores a crescerem e impactarem cada vez mais a sociedade. Ao final, durante o InovAtiva Experience, evento de encerramento do ciclo de aceleração, os participantes têm a oportunidade de apresentar seus negócios para uma banca de investidores, aceleradoras, mentores e fundos de investimento.



Durante seus sete anos de existência, o programa ajudou milhares de startupeiros em suas conquistas, seja de forma a dar um espaço para que eles se apresentassem àqueles que viriam a se tornar seus investidores ou mostrando um caminho mais vantajoso para a empresa.

Além disso, o InovAtiva Brasil oferece uma série de benefícios a todos que concluírem as atividades obrigatórias, tais como descontos exclusivos, oportunidade de participação em eventos de relevância para a área de atuação da empresa e até mesmo o suporte da equipe organizadora mesmo após o término da aceleração.

Sobre o InovAtiva Brasil

O InovAtiva Brasil é um programa gratuito para aceleração de negócios inovadores de qualquer setor e região do Brasil, realizado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da **Economia** e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com execução da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI). O programa oferece mentorias, visibilidade às startups e conexão com investidores, grandes empresas e parceiros. Entre 2013 e 2019, mais de 2000 startups de todas as regiões do Brasil participaram do programa e mais de 1000 delas chegaram à fase de apresentar suas soluções em bancas presenciais com investidores.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

# Atuação do TCE gera economia na compra de luvas usadas no enfrentamento ao coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A atuação concomitante do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) levou a Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) a economizar recursos públicos na compra de luvas cirúrgicas e equipamentos de proteção individual usados no combate à epidemia do coronavírus. A informação está nos autos do processo nº 2901/2020, relatado na sessão do Pleno desta terça-feira (21/07), pelo conselheiro Gilberto Jales. A decisão, cujo voto foi acompanhado pelos demais conselheiros presentes, também recomenda que a Sesap adote medidas para ampliar a competitividade nas licitações relacionadas à Covid-19.

O conselheiro Gilberto Jales afirmou que a equipe técnica da Diretoria de Administração

Direta, em seu primeiro relatório de acompanhamento produzido nos autos, alertou ao Governo Estadual que os preços contratados poderiam ser revistos. 'E assim reconheceu a Sesap, procedendo com o seu cancelamento e iniciando outro procedimento de contratação', confirmou.

A Secretaria de Saúde havia iniciado processo de dispensa de licitação para aquisição de luvas para procedimento não cirúrgico, macacão de segurança e aventais cirúrgicos. O contrato com a empresa Dentalmed pactuava a aquisição de 8.924.000 luvas para procedimentos não cirúrgicos, ao custo unitário de R\$ 0,55. O valor estava acima do preço de **mercado**, em razão da alta procura pelos insumos, causada pela epidemia do coronavírus em todo o mundo. Como em todos os países do mundo há procura pelos equipamentos, o preço estava acima da média geralmente praticada no **mercado**.

Notificado pelo Tribunal de Contas acerca da disparidade, o secretário estadual de Saúde, Cipriano Maia, determinou nova pesquisa de preços e limitou o pagamento à empresa anteriormente contratada ao montante de luvas cirúrgicas já entregues, que era de cerca de 13% da quantidade total. 'A Notificação do Tribunal de Contas do Estado nos alerta para a possibilidade de encontrarmos situação atual mais vantajosa à Administração Pública. A SUAM elaborou nova cesta de preços em que foi verificada a existência de valores mais adequados em relação ao que razoavelmente é cobrado pelo **mercado**', disse o secretário, em despacho.

O conselheiro Gilberto Jales recomendou, em seu voto, seguindo entendimento do Corpo Técnico, que a Sesap incluía medidas para

aumentar a competitividade nas licitações, tais como a inclusão no termo de referência de cláusula que possibilite às empresas apresentarem proposta com quantitativo de pronta-entrega inferior ao total do termo de referência; dimensionar da maneira mais adequada possível o quantitativo de itens a serem adquiridos; e realização de dispensas de licitação destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte.

A equipe técnica havia sugerido, como medida cautelar, o bloqueio dos pagamentos à Dentalmed, por conta da disparidade de preços. O relator, no entanto, considerou que as justificativas da Sesap para a contratação por valores acima do preço de **mercado** foram condizentes com a urgência demandada pelo enfrentamento à Covid-19. Ele também não identificou dolo por parte da empresa. O voto concordou com parecer do Ministério Público de Contas.

'Numa situação de excepcionalidade, como a presente, há de se refletir sobre o nível de exigência quanto ao exaurimento das providências possíveis para se tentar obter uma melhor proposta, até porque isso demanda um tempo que, muitas vezes, numa situação emergencial, não se faz possível dispor', apontou.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Déficit primário da União deve superar R\$ 787,4 bilhões e ter pior resultado desde 1997



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O déficit primário nas contas do governo federal deve somar R\$ 787,449 bilhões neste ano, informou o Ministério da **Economia** nesta quarta-feira (22). O dado consta no relatório de receitas e despesas do orçamento deste ano.

Se confirmado, será o pior resultado da série histórica do Tesouro Nacional, que começa em 1997. O déficit primário acontece quando as despesas do governo superam as receitas com impostos e contribuições. Quando acontece o contrário, há superávit. A conta do déficit primário não considera os gastos do governo com o pagamento dos **juros** da dívida pública.

Em maio, no relatório do orçamento deste ano,

a área econômica estimou que o rombo nas contas públicas seria menor: de R\$ 540,533 bilhões. A diferença entre as duas previsões é de 45%.

O novo cálculo considera uma retração de 4,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, estimativa que foi divulgada na semana passada pelo Ministério da **Economia**.

Para este ano, o governo tinha autorização para registrar em suas contas um déficit primário de até R\$ 124,1 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso devido à pandemia do novo coronavírus, o governo não está mais obrigado a cumprir a meta, ou seja, está autorizado a gastar mais.

De acordo com a **Economia**, esse rombo nas contas públicas acontecerá por conta das despesas autorizadas para combater a crise do coronavírus. Esse gasto adicional foi maior em duas frentes: nas ações de saúde e nas medidas para evitar o aumento do desemprego e compensar a queda de arrecadação. Além disso, por conta da forte retração na **economia**, a arrecadação de **tributos** será menor em 2020 - o que também contribui para aumento do déficit.

Na comparação com o relatório de orçamento divulgado em maio deste ano, a previsão de arrecadação, após transferências constitucionais, recuou em R\$ 17,615 bilhões.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Caixa amplia para 180 dias a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal vai ampliar, mais uma vez, a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais, que agora poderá ser de até 180 dias. A informação foi confirmada nesta quarta-feira (22) pelo presidente do banco, Pedro Guimarães. Em maio, esse adiamento já havia sido estendido para 120 dias.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os

financiamentos de aquisição e construção de imóveis comerciais e individuais. Estão contemplados clientes que financiam o imóvel por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), programa Minha Casa Minha Vida e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), todos operados pela Caixa.

Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, até o momento, mais de 2,4 milhões de mutuários já pediram a pausa na prestação habitacional, número que representa R\$ 8,6 bilhões em financiamentos suspensos. A medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19.

'Lembrando que essa pausa não é automática. Há a necessidade dessas pessoas pedirem, seja pelo aplicativo, seja pelos telefones, que são encontrados no site da Caixa', informou Guimarães, em entrevista.

Quem pedir a pausa no contrato terá de pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem pedir a carência. Clientes que usaram o FGTS para abater parte da prestação também podem requerer a suspensão. No caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem está com até duas parcelas fora do prazo (atraso de 60

dias).

Para pedir a pausa ou requerer a extensão da pausa já concedida, basta acessar o aplicativo Habitação Caixa ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800-726-0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800-726-8068, opções 2-4-2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, das 10h às 16h (exceto feriados).

Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**



# Startup de pesquisadoras da UFRN se destaca em seleções nacionais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por: Wilson Galvão - AGIR

Um grupo de pesquisadoras vinculado ao Centro de Biotecnologia (CB/UFRN) conseguiu um feito singular nas últimas semanas: ser selecionado no edital Swissnex para o programa Academy-Industry Training e, ao mesmo tempo, estar na etapa final do Projeto Centelha no Rio Grande do Norte e ainda na segunda fase do programa Conecta Startup Brasil.

O resultado do primeiro foi comunicado por e-mail na última sexta-feira, 17, em uma iniciativa cuja raiz reside em uma colaboração Brasil e Suíça que escolhe anualmente dez startups brasileiras, realizado pela Swissnex Brazil, em

colaboração com a Universidade de St. Gallen (CLS HSG), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

A segunda conquista foi divulgada no mês de maio e diz respeito ao projeto "Biotecnologia aplicada à Biorremediação", um projeto de startup que visa oferecer serviço de biorremediação de resíduos oleosos. Por fim, em julho, o grupo recebeu a notícia de que estava entre as 50 startups selecionadas no país pelo programa Conecta Startup Brasil (MCTIC).

A Biorremediação consiste no uso de organismos vivos, principalmente microrganismos, para degradar contaminantes tóxicos em formas menos tóxicas. Coordenadora da equipe, a professora Lucymara Fassarella Agnez Lima frisou que essa é a primeira experiência do grupo em empreendedorismo. Ela explicou que a iniciativa surgiu a partir dos estudos vinculados a uma das linhas de pesquisa conduzidas por ela, voltada à biotecnologia e microbiologia associada a petróleo.

'Ao longo de mais de 10 anos temos estudado diferentes mecanismos de degradação de óleo e descobrimos novos genes e microrganismos com potencial para biorremediação de áreas impactadas e resíduos industriais contaminados. Assim incentivei minhas orientandas a criar a startup, visando atender a essa lacuna no **mercado**. Está sendo bem estimulante e esperamos concretizar essa ideia', colocou a



cientista.

Vinculados ao Laboratório de Biologia Molecular e Genômica, o grupo de cientistas conta também com Carolina Fonseca Minnicelli, Marbella Maria Bernardes da Fonsêca, Rita de Cássia Barreto Silva-Portela, Júlia Firme Freitas e Kamilla Karla da Silva Barbalho, todas vinculadas à UFRN, seja através do programa de pós graduação em Biotecnologia (Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO) ou em Bioquímica.

Elas pontuaram que o projeto está alinhado com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 / 2022 bem como incluído no Plano de ação em Ciência Tecnologia e Inovação para Biotecnologia como uma estratégia de implementação da linha temática 1 de biotecnologia ambiental, que coloca as ações de biorremediação como prioritárias no Brasil, em consonância com as prioridades mundiais.

#### A Startup

Denominada MicroCiclo, a nova empresa apresenta uma solução para o acúmulo de resíduos tóxicos ou contaminações, classificados pela Norma Brasileira de Resíduos 1004 como perigosos. Poluentes como metais pesados e corantes, entre outros, que são gerados por diversas indústrias, como a têxtil, mineradoras, empresas de refino, transporte e armazenamento de combustível fóssil.

Júlia Firme Freitas explicou que o não cumprimento da norma é considerado crime ambiental e gera multas. 'A Microciclo propõe um serviço de tratamento de resíduos tóxicos

através da biorremediação, processo pelo qual se aplica microrganismos para remover os contaminantes. O nosso serviço se baseia na seleção de microrganismos degradadores a partir do próprio ambiente contaminado, ou a partir de nosso próprio banco de isolados bacterianos. Contamos com quase cem linhagens bacterianas ou comunidades de bactérias prontas para serem utilizadas no tratamento de ambientes impactados. Assim, aceleraremos um processo que normalmente leva anos para acontecer. Ao final deste processo, obteremos um resíduo viável para o retorno ao meio ambiente, aplicável ao ciclo produtivo', disse Júlia Freitas.

O diferencial da MicroCiclo é apresentar um método único de monitoramento e acompanhamento de genes de degradação, baseado no fato de que os microrganismos podem se alimentar de uma ampla gama de materiais, incluindo os resíduos ambientais; inclusive, a empresa é pioneira em oferecer o serviço de biorremediação no Nordeste. Carolina Minnicelli pontuou ainda que os métodos de descarte, armazenamento e reaproveitamento dos resíduos geram altos custos para a indústria.

Ela acrescentou ainda que os métodos físicos e químicos disponíveis atualmente geram subprodutos que podem acumular-se ao longo dos anos e que a contaminação acidental causada por estes poluentes é outro problema, com um impacto ambiental que provoca efeitos econômicos negativos, que são sentidos por setores diversos, como até o setor hoteleiro. 'Permitindo a reutilização do resíduo, a empresa coloca em prática o conceito de **Economia** Circular com Sustentabilidade', finalizou a cientista.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-  
RN - ECONOMIA

# O que pensam os tributaristas sobre uma nova CPMF



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: tadeufm

A primeira parte da proposta da Reforma Tributária foi entregue nesta terça-feira, 21, ao Congresso Nacional, pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes. A unificação do PIS e da COFINS num imposto único, com alíquota de 12%, faz parte do texto. Mas o famigerado Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) ficou de fora. A promessa é que ele seja apresentado em agosto, numa segunda parte da proposta do governo, que há mais de um ano e meio ensaia seu projeto de reforma.

Inevitavelmente, o ITF é comparado à CPMF, criada em 1994 como um imposto provisório para financiar a saúde pública. A alíquota,

inicialmente de 0,2%, incidia sobre quase todas as movimentações bancárias, exceto nas ações da Bolsa, nos saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas correntes de mesma titularidade. Chegou a 0,38% e financiou de tudo, menos a saúde. O tributo foi extinto em 2007, após arrecadar R\$ 223 bilhões durante sua vigência. Ainda incerto, o caminho do ITF de Guedes parece ser o de taxar somente as transações digitais, como compras em débito e crédito, e girar em torno de 0,2%.

Na opinião do tributarista Eduardo Gonzaga Oliveira de Natal, o imposto sobre movimentações financeiras é uma solução paliativa e um tributo típico de países pouco desenvolvidos. 'Bolívia e Hungria, por exemplo, possuem impostos parecidos. Países desenvolvidos não utilizam **tributos** que incidem sobre todas as etapas do processo produtivo e do consumo'. Segundo ele, que é membro da Academia Brasileira de Direito Tributário e sócio do escritório Natal & Manssur, o brasileiro assalariado, principalmente o de baixa renda, é o que mais sofre com esse tipo de tributo. 'É uma solução paliativa, de um país desorganizado, que precisa fazer a lição de casa, que é estudar profundamente o sistema tributário e conseguir realizar uma reforma que possa desonerar o consumidor final', defende.

Caio Bartine, professor de planejamento tributário e Doutor em Direito, tem uma avaliação diferente. 'Nesse momento de pandemia, com diminuição significativa da receita e aumento significativo das receitas públicas, a conta não fecha. Por isso, não sou de todo contrário à criação dessa tributação, desde que fique nesse patamar, e desde que o governo destine pelo menos uma parcela a

benefícios sociais, como aumento da Renda Brasil e a melhor capacitação educacional das pessoas que tem baixa renda, o que poderia provocar uma mudança no cenário social brasileiro'. Bartine, que também é sócio do escritório Hélio Gustavo Alves Advogados Associados, ainda pondera: 'É óbvio, nenhuma tributação é bem-vinda, só que tem que ficar claro que se o governo não conseguir aumentar a receita de um lado, ele vai se utilizar de outro mecanismo. E seria uma forma de aos poucos o Brasil conseguir fazer reequilíbrio das contas, ao mesmo tempo em que as despesas públicas diminuem, para que a carga tributária possa diminuir também'.

Para André Félix Ricotta de Oliveira, presidente da Comissão de Direito Tributário e Constitucional da OAB-Pinheiros, a nova tributação é vista com maus olhos pela sociedade porque, no passado, 'nenhum centavo da CPMF foi para a saúde pública'. Já o ITF tem um propósito diferente. 'Ele visa desonerar as contribuições sobre a folha de pagamentos e o Brasil tem um dos custos mais altos sobre a folha. Teria que saber qual será a desoneração da folha e se efetivamente esse valor arrecadado com a nova contribuição será destinado para o custeio da seguridade social, ou se vai ser uma verba aplicada como a União bem entender'. Félix Ricotta ainda lembra que a existência de um tributo sobre pagamentos pode ser muito útil para a Receita Federal verificar se está havendo sonegação fiscal. 'Mas a alíquota não pode ser pesada', enfatiza.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

# Caixa amplia para 180 dias a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Caixa Econômica Federal vai ampliar, mais uma vez, a pausa do pagamento de financiamentos habitacionais, que agora poderá ser de até 180 dias. A informação foi confirmada nesta quarta-feira (22) pelo presidente do banco, Pedro Guimarães. Em maio, esse adiamento já havia sido estendido para 120 dias.

A ampliação do prazo vale para pessoas físicas e jurídicas, no caso de financiamentos à produção de empreendimentos e para os financiamentos de aquisição e construção de imóveis comerciais e individuais. Estão contemplados clientes que financiam o imóvel por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), programa Minha Casa Minha

Vida e pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), todos operados pela Caixa.

Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, até o momento, mais de 2,4 milhões de mutuários já pediram a pausa na prestação habitacional, número que representa R\$ 8,6 bilhões em financiamentos suspensos. A medida faz parte das ações para enfrentar os efeitos causados à **economia** pela pandemia de covid-19.

'Lembrando que essa pausa não é automática. Há a necessidade dessas pessoas pedirem, seja pelo aplicativo, seja pelos telefones, que são encontrados no site da Caixa', informou Guimarães, em entrevista.

Quem pedir a pausa no contrato terá de pagar **juros**, seguros e taxas, que serão acrescidos ao saldo devedor do contrato. De acordo com o banco, a taxa de **juros** e o prazo contratados originalmente não sofrem alteração.

Os clientes com pagamentos em dia ou aqueles com pagamentos em atraso por, no máximo, 18 meses, podem pedir a carência. Clientes que usaram o FGTS para abater parte da prestação também podem requerer a suspensão. No caso de pessoas jurídicas, a possibilidade de pausa nas prestações é permitida para quem está com até duas parcelas fora do prazo (atraso de 60 dias).

Para pedir a pausa ou requerer a extensão da pausa já concedida, basta acessar o aplicativo Habitação Caixa ou registrar o pedido pelos telefones 3004-1105 (para capitais) e 0800-726-0505 (demais localidades), ou de forma automatizada pelo 0800-726-8068, opções 2-4-

2, de segunda a sexta-feira, e aos sábados,  
das 10h às 16h (exceto feriados).

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-  
RN - ECONOMIA

# Dia dos Avós deve movimentar R\$ 718 milhões no estado do Rio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pesquisa realizada pelo Instituto Fecomercio de Pesquisas e Análises (IFec) entre os dias 13 e 15 de julho, com participação de 414 consumidores do estado do Rio de Janeiro, apurou que cerca de 6 milhões de fluminenses deverão presentear seus avôs e avós no próximo domingo (26), quando é comemorado o Dia dos Avós.

A intenção das pessoas é gastar, em média, R\$ 113,90. Os principais presentes são cesta de café da manhã (18,1%), flores (9,4%), smartphones e tablets (6,5%), perfumes e cosméticos (5,6%), roupas (4,3%), livros e porta-retratos (3,4% cada), calçados, bolsas e acessórios (2,7%) e joias e bijuterias (0,7%). De

acordo com a pesquisa, divulgada hoje (22), a estimativa é que a data movimente em torno de R\$ 718 milhões na **economia** do estado.

O economista do IFec RJ, Rafael Zanderer, destacou que essa é a primeira data comemorativa após a flexibilização das atividades e do isolamento social imposto pela pandemia do novo coronavírus, mas 'não é a mais forte'.

Apesar disso, avaliou que a data poderá beneficiar o comércio, principalmente o de rua, que foi muito afetado pela crise. 'Qualquer medida que incentive o consumo é positiva. O caixa das lojas de rua saiu muito abalado porque as empresas ficaram fechadas. Agora, elas começam a recompor o caixa'.

Zanderer aposta que o Dia dos Pais, celebrado em agosto, já deverá dar um 'fôlego maior' ao comércio. A pesquisa em relação a essa data comemorativa será feita em um momento da crise diferente do que ocorreu com o Dia das Mães, que apontou queda de cerca de 40% em relação ao ano anterior. 'Agora, a gente já está saindo do fundo do poço; a **economia** está apontando para cima'.

Ele estimou, contudo, que, possivelmente, haverá redução das vendas em comparação ao Dia dos Pais de 2019 devido ao desemprego e às dificuldades do **mercado** de trabalho.

## Campanha

No começo deste mês, o Sistema Fecomércio e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas



Empresas do Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio) deram início a uma ação conjunta com o objetivo de alavancar as vendas do comércio nas principais datas do varejo no segundo semestre, oferecendo treinamento gratuito aos empresários do setor.

A primeira data contemplada pela parceria foi o Dia dos Avós. A preparação dos empresários tem o objetivo de fortalecer o comércio e sensibilizar os consumidores sobre a importância dos pequenos negócios que estão à sua volta.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**